

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Vinícius Custódio do Nascimento

**ACCOUNTABILITY NO TERCEIRO SETOR: UM QUADRO SOBRE A
MOTIVAÇÃO DE PASTORES NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS DAS IGREJAS EVANGÉLICAS EM BRASÍLIA**

Brasília, DF

2022

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Vinícius Custódio do Nascimento

**ACCOUNTABILITY NO TERCEIRO SETOR: UM QUADRO SOBRE A
MOTIVAÇÃO DE PASTORES NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS DAS IGREJAS EVANGÉLICAS EM BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora:

Prof.^a Dra. Andréa de Oliveira Gonçalves

Brasília, DF

2022

Vinícius Custódio do Nascimento

**ACCOUNTABILITY NO TERCEIRO SETOR: UM QUADRO SOBRE A
MOTIVAÇÃO DE PASTORES NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS DAS IGREJAS EVANGÉLICAS EM BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora:

Prof.^a Dra. Andréa de Oliveira Gonçalves

Brasília, 09 de setembro de 2022.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Andréa de Oliveira Gonçalves

Orientadora

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Universidade de Brasília – UnB

Professor Me João Eudes de Souza Calado

Examinador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

CC987aa Custódio do Nascimento, Vinicius
Accountability no terceiro setor: um quadro sobre as motivações de pastores no processo de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília / Vinicius Custódio do Nascimento; orientador Andréa de Oliveira Gonçalves. -- Brasília, 2022.
73 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis - Diurno) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Accountability. 2. Prestação de Contas. 3. Transparência. 4. Igrejas evangélicas. 5. Motivações. I. de Oliveira Gonçalves, Andréa, orient. II. Título.

EPÍGRAFE

A Contabilidade é ciência, não rotina administrativa. Por isso, o profissional da contabilidade deve ser ator principal e não coadjuvante.

Claiton Souza Cavalcante

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida e pela dádiva do conhecimento. Agradeço a Jesus Cristo pelo sacrifício que me redime e dá vida. Agradeço ao Espírito Santo, que confirma em meu coração as palavras de Cristo e me dá certeza da minha filiação.

Agradeço aos meus pais, que investiram tudo quanto puderam na minha formação, não somente acadêmica, mas, principalmente, moral, cívica e espiritual. Agradeço pelo amor e afeto que colocaram na minha criação e pela insistência no investimento no meu futuro. Agradeço pelo compromisso de me darem muito mais do que o que vocês tiveram, assim como por terem se sacrificado, em diversos momentos, para que eu pudesse desfrutar de uma vida mais confortável e melhor orientada.

Agradeço aos meus irmãos, Letícia e Enrique, pela amizade e parceria irrevogável, pelas conversas longas, pelos puxões de orelha, pelas mensagens de conforto, abraços e risadas. Vocês são um presente melhor do que se pode pedir.

Agradeço a minha noiva pelo amor e fidelidade despendidos ao longo de todos esses anos, pelo carinho com o qual você trata meus projetos e pela cumplicidade com a qual você os abraça. Agradeço pelo investimento no nosso futuro e por compartilhar tantos outros sonhos comigo.

Agradeço aos meus familiares e amigos pelo amor e amizade contínuos, vocês me inspiram a ser melhor a cada dia.

Minha gratidão a minha orientadora Andréa pela insistência, paciência e maestria em me orientar, mesmo com todos os desafios e dificuldades. Sou grato, do fundo do meu coração, por tê-la escolhido e também por ter sido escolhido para concluir meu curso. Tenho certeza que, de todas as escolhas que fiz na UnB, ser orientado pela senhora foi a mais acertada e uma das quais jamais esquecerei.

Agradeço por fim, não menos importante, à Universidade de Brasília, por me proporcionar ensino gratuito e de qualidade, o que me torna um privilegiado neste País.

A todos, meus mais sinceros agradecimentos, vocês têm parte nessa conquista.

ACCOUNTABILITY NO TERCEIRO SETOR: UM QUADRO SOBRE A MOTIVAÇÃO DE PASTORES NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS IGREJAS EVANGÉLICAS EM BRASÍLIA

RESUMO

Este trabalho verificou as motivações que pastores de igrejas evangélicas no Distrito Federal têm para a promoção do processo de prestação de contas. A Igreja Evangélica é sustentada, majoritariamente, por contribuições voluntárias de fiéis, o que, por si só, já evidencia a necessidade de transparência em seu processo de prestação de contas, porém, mais do que isso, orientada por processos ordenados e coerentes com a norma contábil. O presente trabalho trata de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujos dados coletados foram obtidos por meio de entrevista exploratória com um pastor e preenchimento de formulários disponibilizados na internet para 16 pastores. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva. Os resultados apontam para motivações orientadas pela manutenção das doações de membros, assim como para a existência de sistemas de controle centralizados e pouco técnicos, assim como falta de importância para os relatórios contábil-financeiros no processo de governança. As principais limitações foram a amostra limitada de igrejas, a falta de conhecimento técnico dos pastores e o constrangimento e resistência à participação. Quanto às sugestões para futuras pesquisas, da utilização de uma amostra mais ampla e do envolvimento dos membros em uma futura pesquisa, a fim de entender sua participação no mesmo processo. Para as igrejas, sugiro a integração de serviços contábeis ao processo de prestação de contas e gestão e o envolvimento dos membros na tomada de decisão. Um grande desafio observado por essas organizações é responder de maneira responsável às expectativas às quais está sujeita, de forma a concorrer legitimamente por recursos para sua manutenção e apoio da administração pública e da sociedade para sua existência.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Igrejas Evangélicas, Prestação de Contas, Informação Contábil

ACCOUNTABILITY IN THE THIRD SECTOR: A FRAMEWORK ON THE MOTIVATION OF PASTORS IN THE PROCESS OF ACCOUNTABILITY EVANGELICAL CHURCHES IN BRASÍLIA

ABSTRACT

This work aimed to verify the motivations that pastors of evangelical churches in the Federal District have for the promotion of the accountability process. The Evangelical Church is mostly supported by voluntary contributions of believers, which, by itself, highlights the need for transparency in their process of accountability, but more than that, guided by orderly processes consistent with the accounting standard. The present work is a qualitative research, whose collected data were obtained through an exploratory interview with a pastor and the filling out of forms available on the Internet for 16 pastors. The data were analyzed using descriptive statistics. The results point to motivations driven by the maintenance of members' donations, as well as to the existence of centralized and not very technical control systems, and a lack of importance for the accounting-financial reports in the governance process.

The main limitations were the limited sample of churches, the pastors' lack of technical knowledge, and the embarrassment and resistance to participation. As for suggestions for future research, of the use of a larger sample and the involvement of members in a future research in order to understand their participation in the same process. For churches, I suggest the integration of accounting services into the accountability and management process and the involvement of members in decision making.

A great challenge observed by these organizations is to respond in a responsible way to the expectations to which it is subject, in order to legitimately compete for resources for its maintenance and support from the public administration and society for its existence.

Key-words: Third Sector, Evangelical Churches, Accountability, Accounting Information

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Distribuição de questões da pesquisa	35-37
Quadro 2 - Modelo de análise da pesquisa	38-39

GRÁFICOS

Gráfico 1 - A igreja que você lidera tem os seguintes elementos de prestação de contas?	40
Gráfico 2 - Quais são os sistemas de controle utilizados na igreja?	42
Gráfico 3 - Você recebe orientação técnica de profissionais para a condução do processo de prestação de contas na igreja que lidera?	43
Gráfico 4 - Você considera importante para o processo de prestação de contas na igreja que você lidera?	45
Gráfico 5 - Qual importância você atribui para o processo de prestação de contas na igreja que você lidera?	46
Gráfico 6 - Você já participou de processo de formação para promover o processo de prestação de contas?	47
Gráfico 7 - Quais são as motivações para prestação de contas na igreja que você lidera?	48
Gráfico 8 - Na sua visão, a prestação de contas das finanças é importante para a igreja obter recursos que mantenham as suas atividades?	49
Gráfico 9 - Na sua visão, a gestão dos recursos recebidos é pautada pela moralidade e pela ética?	50
Gráfico 10 - Na sua visão, os membros da igreja que você lidera sabem a quem devem recorrer caso precisem de informações ou fazerem considerações sobre os recursos financeiros da igreja?	51
Gráfico 11 - Na sua visão, em relação à gestão dos recursos e seus respectivos resultados, sua igreja é uma entidade transparente?	52

Gráfico 12 - Na sua visão, os membros da igreja que você lidera têm acesso a dados sobre as entradas e saídas de recursos financeiros igreja?	53
Gráfico 13 - Na sua visão, os membros deveriam ter maior responsabilização e participação dos recursos da igreja que você lidera?	54
Gráfico 14 - Na sua visão, os membros da igreja que você lidera têm algum tipo de participação nas decisões de aplicação dos recursos (investimentos, reformas, aquisições)?	54
Gráfico 15 - Há quantos anos você atua como liderança pastoral?	56
Gráfico 16 - Na sua visão, os relatórios de prestação de contas das atividades são compreensíveis?	56

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CNAE - Código Nacional de Atividades Econômicas

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

ESFL - Entidades Sem Fins Lucrativos

FASFIL - Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITG - Instrução Técnica Geral

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organizações da Sociedade Civil

RCPG - Relatório Contábil de Propósito Geral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Contextualização	14
1.2 Situação-Problema	16
1.3 Objetivos	17
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	17
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	17
1.4 Justificativa e Relevância da Pesquisa	18
1.5 Delimitação do Trabalho	18
1.6 Estrutura do Trabalho	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 O Terceiro Setor	20
2.1.1 <i>Gestão no Terceiro Setor</i>	20
2.1.2 <i>Instrumentalização da Informação</i>	22
2.1.3 <i>Accountability</i>	23
2.1.4 <i>Transparência</i>	24
2.2 Legislação	25
2.3 Estrutura Conceitual	27
2.3.1 <i>Qualidade da Informação Contábil-Financeira</i>	28
2.3.2 <i>Características Fundamentais</i>	29
2.3.3 <i>Características de Melhoria</i>	30
2.3.4 <i>A Compreensibilidade das Informações Contábeis</i>	31
3 PERCURSO METODOLÓGICO	33
3.1 Tipologia da Pesquisa	33
3.2 Características da Amostra	33
3.3 Etapas de Pesquisa e Coleta de Dados	34
3.3.1 <i>Etapa 1 - Entrevista Exploratória</i>	34
3.3.2 <i>Etapa 2 - Elaboração do questionário</i>	35
3.3.3 <i>Etapa 3 - Aplicação do questionário</i>	37

3.3.4. <i>Etapa 4 - Análise dos dados</i>	37
3.4. Modelo de Análise da Pesquisa.....	38
3.5. Limitações da coleta dos dados.....	39
4 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	40
4.1. Instrumentos de Prestação de Contas nas Igrejas Evangélicas do Distrito Federal	40
4.2. Importância dos Instrumentos de Prestação de Contas nas Igrejas Evangélicas do Distrito Federal	44
4.3. Identificação das motivações dos pastores no processo de prestação de contas das igrejas evangélicas do Distrito Federal	47
4.4. Análise das motivações dos pastores no processo de prestação de contas das igrejas evangélicas do Distrito Federal	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
5.1 Conclusões	59
5.2 Limitações e Sugestões para Pesquisas Futuras	62
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE	68

INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O modelo funcional das organizações no Brasil progrediu muito com o avanço do conhecimento teórico-legal sobre contabilidade e gestão. Diversas ferramentas de preparação, mensuração e divulgação de demonstrativos foram criadas, tanto para auxiliar os gestores na administração de recursos financeiros e humanos, quanto para assegurar ao usuário que a rota da organização está de acordo com o proposto, seja estatutária, seja culturalmente. A prestação de contas, caracterizada pela apresentação de relatórios contábil-financeiros e demais informações não contábeis é uma prática relacionada a uma cultura transparente, que, além de impactar a tomada de decisão, é conhecida como uma ferramenta de combate à corrupção e atividades ilícitas. No entanto, existem demandas específicas que muitas vezes são negligenciadas no processo de prestação de contas e que são tão importantes quanto a própria transparência na prestação de contas. O CFC, por meio da RESOLUÇÃO 2016/NBCTSPEC, define que:

Os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos RCPGs para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

De acordo com a conceituação do CFC, a informação contábil serve, não apenas para atender a uma demanda externa, como também para auxiliar o usuário na tomada de decisão e responsabilização dos gestores. Segundo a Resolução:

Governos e outras entidades do setor público obtêm recursos dos contribuintes, doadores, credores por empréstimos e de outros provedores de recursos para serem utilizados na prestação de serviços aos cidadãos e aos outros usuários. Essas entidades são responsáveis pela gestão e utilização dos recursos perante os usuários desses serviços.

Nesse sentido, compete à gestão de organizações mantidas por doações uma atenção especial a devida provisão de informações úteis ao usuário, tanto para a avaliação da saúde dessas entidades, quanto para a tomada de decisão.

Em 2016, o IBGE atualizou o estudo realizado em 2002 intitulado “*Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos*”, que trazia informações referentes à composição do Terceiro Setor no território brasileiro, assim como o impacto dessas entidades na geração de emprego e renda. Nos dados atualizados constam o número total de entidades sem fins lucrativos, de 526.841, e número de pessoas empregadas, de 3.194.448. Analisando comparativamente os números entre 2016 e 2002, observa-se um crescimento significativo, tanto do número de entidades, que em 2002 era de 276.895, quanto no número de pessoas empregadas, que no mesmo ano era de 1.541.290.

Na composição do Terceiro Setor no Brasil, um dos grupos mais destacados, atualmente, é o segmento religioso. O IBGE define esse segmento mediante CNAE, que prevê “*Atividades de organizações religiosas ou filosóficas*” compreendendo:

- as atividades de organizações religiosas ou filosóficas;
- as atividades de igrejas, mosteiros, conventos ou organizações similares;
- as atividades de catequese, celebração ou de organização de cultos;
- as cerimônias religiosas de honra fúnebres.

Ainda dentro do segmento religioso, destacam-se as igrejas evangélicas, como objeto de estudo, sendo a religião que mais cresce em termos percentuais no Brasil. O IBGE segmenta ainda a Igreja Evangélica entre:

- Evangélica de missão (da qual fazem parte as igrejas Luterana, Presbiteriana, Metodista, Batista, Congregacional, Adventista e outras evangélicas de missão);
- Evangélica pentecostal (que incluem Assembleia de Deus, Congregação Cristã, O Brasil para Cristo, Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Casa de Bênção, Deus é Amor, Maranata, Nova Vida, Comunidade Evangélica, evangélica renovada não determinada e outras evangélicas de origem pentecostal); e
- Evangélica não determinada (composta pelos outros grupos evangélicos).

Embora segmentada, a Igreja Evangélica possui uma estrutura cuja hierarquia é organizada, primando pela relevância na assistência social voluntária. Além disso, está historicamente atrelada à atividade política, cultural e social, reforçando o motivo pelo qual é tão estudada, não apenas ensejando sua face sociológica, mas também a administrativa.

Considerando seu crescimento, tanto do número de templos, quanto do número de pessoas empregadas e fiéis, é requerido de igrejas uma atuação organizada, em ambos escopos administrativo e contábil, posto que a contabilidade em organizações religiosas cumpre papéis de demonstração da origem e aplicação dos recursos e de confirmação dos atos financeiros da entidade.

Tais desafios - somados à participação massiva da bancada evangélica no Congresso Nacional, assim como dos escândalos envolvendo a liderança de igrejas Evangélicas - aumentaram a atenção em torno de sua atuação, evidenciando os desafios enfrentados pela gestão dessas organizações, não bastando o desempenho de uma boa gestão, como também requerendo a adesão à contabilidade e a uma evidenciação clara de valores e metas, zelando pela transparência. Desta forma, sua eficácia é assegurada e defendida dentro de seu respectivo contexto.

1.2. SITUAÇÃO PROBLEMA

As igrejas evangélicas, assim como demais instituições sem fins lucrativos, não têm suas atividades centrais relacionadas diretamente à geração de receita, tendo as doações como principal fonte de arrecadação de recursos. Dessa forma, compete à gestão motivar o engajamento financeiro do usuário da informação - que nas igrejas geralmente é representado pelo fiel. A prestação de contas entra nesse contexto onde os *stakeholders* demandam informações sobre os recursos colocados à disposição da entidade e os gestores respondem diretamente pela aplicação dos mesmos.

Entretanto, em organizações como igrejas, as estruturas são constantemente hierarquizadas e a tomada de decisão é, fundamentalmente, baseada na confiança que os membros depositam nos líderes religiosos (pastores, basicamente), o que implica em uma necessidade por um postura responsável para com a realidade financeira e, conseqüentemente, com a prestação de contas.

Para uma amostra de igrejas que já possuem um processo ativo de prestação de contas, a pergunta central deste estudo está centrada na identificação das motivações que os pastores de igrejas evangélicas no Distrito Federal têm para a promoção do processo de prestação de contas.

É importante, no processo da prestação de contas, contemplar os *stakeholders*. Nesse sentido, as igrejas evangélicas dependem da adesão de fiéis para sua existência e manutenção. Como essa depende de voluntariedade, é indispensável à gestão de igrejas evangélicas suprir os doadores com informações que permitam uma avaliação segura quanto à contribuição.

Um possível conflito resultante dessa relação - que é pautada na reciprocidade - é que, muitas vezes, as motivações da liderança são pouco orientadas pela criação de uma cadeia de *accountability* que possibilite o envolvimento dos doadores como tomadores de decisão, sendo demasiadamente focadas na captação de recursos e criação de mecanismos de fomento à doação com base em aspectos subjetivos. A existência da prestação de contas pressupõe não somente a comunicação de quaisquer informações, mas principalmente o desenvolvimento da aptidão das partes interessadas na tomada de decisão, conferida pela informação, obtida por meio da escrituração contábil, que é também o fundamento dos relatórios que norteiam a prestação de contas em si.

Nesse contexto, a pesquisa se concentra em analisar as motivações de pastores no processo de prestação de contas, identificando particularidades desse processo pela perspectiva dos próprios pastores.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar a motivação dos pastores de igrejas evangélicas em Brasília no processo de prestação de contas.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Identificar instrumentos de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília;
- Descrever, segundo a visão dos pastores, a importância dos instrumentos de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília;
- Identificar as motivações dos pastores no processo de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília.

1.4. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Os dados divulgados pelo último Censo, realizado pelo IBGE em 2010, sobre religião (e não religião), indicaram que nos últimos 40 anos a quantidade de pessoas que se declararam evangélicas aumentou consideravelmente, de 5,2% da população para 22,2%. Ainda acerca de sua relevância, a apuração de dados, pela Receita Federal, realizada por Resende (2019), aponta que, em 2018, existiam no Brasil 25 mil igrejas, sendo contabilizadas apenas as que possuem CNPJ, apontando para a possibilidade de o número ser consideravelmente superior, uma vez que nem todas as igrejas possuem tal cadastro.

Considerando o crescimento da população que se declara evangélica e as preocupações quanto à legitimidade e transparência dessas instituições, a opção por estudar as igrejas evangélicas visa contrastar a orientação sobre prestação de contas para entidades do terceiro setor com a atividade real das mesmas, a fim de promover conhecimento sobre os objetivos da prestação de contas e os benefícios resultantes de sua adoção.

Falconer (1999) destaca as elevadas expectativas a respeito do terceiro setor; entretanto, também evidencia o quanto essas organizações parecem despreparadas para assumir seu papel na consecução de objetivos de bem estar social, a ponto de serem questionadas e qualificadas como mal geridas, excessivamente dependentes, amadoras e assistencialistas, assim como sujeitas a motivações pouco filantrópicas, ou até criminosas.

Entende-se que a prestação de contas assume papel fundamental na manutenção das entidades do terceiro setor, pois além de confirmar as expectativas para essas organizações, ainda habilita a tomada de decisão, que é um dos objetivos da contabilidade. Dessa forma, entender os aspectos de prestação de contas adotados, assim como os processos utilizados, colabora com a consolidação de resultados, fato almejado pela contabilidade.

Ademais, este estudo visa contribuir com a discussão sobre qualidade da gestão nas organizações religiosas no Brasil, tema que dispõe de vasto campo para pesquisa.

1.5. DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

A análise fica limitada aos pastores das igrejas em Brasília que sejam de origem histórica, pentecostal ou independente e possuam CNPJ ativo. Dessa forma, a amostra reserva

similaridades fundamentais entre si e permite um estudo que represente o universo desse segmento em Brasília.

1.6. ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho é composto por 5 capítulos. O primeiro apresenta a introdução, na qual estão contidas a contextualização, o problema a ser discutido no trabalho, assim como os objetivos da pesquisa, a justificativa de sua ocorrência e as limitações da pesquisa.

O segundo capítulo é dedicado a apresentar o parâmetro teórico sobre o qual a pesquisa foi realizada. Dessa forma, os critérios relevantes à pesquisa foram avaliados pela perspectiva conceitual de diversos autores e utilizados de maneira a corroborar com a temática da qualidade da informação na prestação de contas no segmento religioso, especificamente evangélico.

O terceiro capítulo trata do percurso metodológico de pesquisa, especificando os métodos, instrumentos e processos adotados para obtenção da informação. Também são qualificadas neste capítulo a população e a amostra escolhidas, assim como os instrumentos de coleta e análise de dados.

O quarto capítulo apresenta a descrição e interpretação dos dados coletados, com base nos objetivos propostos e do referencial teórico. Por fim, no quinto capítulo, estão as considerações finais, onde há uma síntese da pesquisa comparando os objetivos propostos com os resultados obtidos. E há a conclusão do trabalho, apontando limitações encontradas e sugestões para pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Terceiro Setor

Terceiro Setor é o termo que define o grupo das entidades que não compõem nem o “setor público” e nem o “setor privado”, sendo distintas e classificadas separadamente.

No Brasil são utilizadas as mais diversas terminologias para denominar essas entidades sociais, entre elas, Terceiro Setor, Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL), Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil (OSC), Entidades Benéficas e Organizações Filantrópicas (OLAK E NASCIMENTO, 2006).

O termo ESFL é comumente empregado para se referir às organizações do terceiro setor, porém, segundo Carneiro, Oliveira e Torres (2011, p.92) isso não significa que essas entidades não possam obter superávit financeiro, sendo esse, inclusive, desejável para a existência e manutenção dessas organizações.

Uma boa classificação seria “organizações com fins não econômicos”, significando que essas não distribuem lucro, para que aqueles ligados a elas não obtenham benefício financeiro que caracterize vantagem ou lucro. Desta forma, todo o superávit é reinvestido na atividade da própria entidade (CARNEIRO, OLIVEIRA E TORRES, 2011, p.92).

As entidades que o compõe almejam, primariamente, objetivos sociais, em detrimento de econômicos. Fazem parte deste grupo organizações como caridades, ONGs, grupos religiosos e outros que compartilham, segundo Hudson (2009, p.16), “um ethos no qual são dirigidas por uma causa”.

2.1.1. Gestão no Terceiro Setor

O termo gestão tem origem no latim, e está registrado sobre as formas gestio, gestiōnis. Associa-se a um gesto, identificado no latim gestus, neste contexto vinculado ao que foi realizado e não como uma simples expressão emocional, e com a raiz no verbo gerere, sobre a ideia de fazer ou empreender algo. Mais do que isso, esse termo é comum no ambiente empresarial, e diz respeito ao processo estratégico por meio do qual um gestor administra os recursos materiais, financeiros e humanos de uma organização para o cumprimento de suas metas e objetivos.

Esse processo, que é identificado como controle, por Anthony e Govindarajan (2008, p.2), funciona de maneira semelhante a um automóvel, onde a rotação do volante determina uma mudança no curso do carro, assim como o freio ao ser acionado pode diminuir ou parar o automóvel. De maneira semelhante, o gestor é responsável por mecanismos que dêem direção e velocidade à organização, para que a mesma alcance os objetivos pretendidos.

Por existir em um espaço que interage simultaneamente com as iniciativas pública e privada, a gestão no terceiro setor possui caráter diferenciado, que é evidenciado justamente na sua relação com os demais setores. Quando comparado à administração pública, o terceiro setor se difere pela autonomia em relação a um controle direto do Estado; e das organizações privadas se difere na não distribuição de lucro aos seus donos. Isso significa que não se pode, simplesmente, transpor os processos estratégicos - que envolvem liderança, governança e gestão - da administração pública, ou do meio empresarial, para o contexto do Terceiro Setor, pois, como proposto por Hudson:

Eles requerem ajustes sutis e críticos para refletir os diferentes ethos que fundamentam essas organizações. (...) Contudo, enquanto teorias gerais de gestão trazem grandes benefícios, elas possuem valor limitado, a menos que sejam adaptadas para abordar as características culturais e organizacionais críticas das organizações do terceiro setor (Hudson, 2009, p.18).

Por esse motivo, importa que os modelos de gestão nas organizações de Terceiro Setor sejam adaptados, para atender a essa diferenciação. Quando consideramos que essas organizações são regidas por um ethos de benefício social, em detrimento de uma recompensa financeira, métricas materiais - como lucro - não possuem peso demasiado sobre a estratégia, principalmente quando comparadas ao ambiente empresarial, onde este é um indicador comum de sucesso.

Como o surgimento do terceiro setor traz consigo os ideais de transformação social, eficiência, inovação e qualidade na prestação de serviço, compete à gestão dessas organizações prover adequadamente à expectativa existente em uma parceria público-privada, sendo que, se sua estratégia não estiver alinhada, seu papel na promoção e exigência de um Estado mais transparente e alinhado com as demandas sociais não pode ser realizado integralmente.

Partindo dessa premissa, Falconer (1999, p.8) destaca que as expectativas a respeito do terceiro setor são muito elevadas; porém, embora recebam bastante atenção, essas organizações parecem despreparadas para assumir seu papel, a ponto de sua existência ser questionada por aqueles que sugerem que essas entidades são mal geridas, excessivamente dependentes, amadoras e assistencialistas, e, por vezes, sujeitas a motivações pouco filantrópicas, ou até criminosas.

Existe ainda o seguinte questionamento, que define sua existência: *Como ocorre a manutenção financeira do terceiro setor?*

Yoffe e Brunetti (2004) define quatro fontes financiadoras, a saber:

- *Fonte Internacional*: pública ou privada;
- *Fonte Pública local*: representada pelo Estado, como subsidiária das operações e por meio dos incentivos e isenções;
- *Fonte Privada local*: representada pelos indivíduos, empresas e instituições, no geral;
- *Venda de produtos ou serviços*: qualquer receita proveniente da prestação de serviços, relacionado à origem da organização.

Essa diversidade de agentes financiadores pressupõe uma capacidade de manter um bom relacionamento com múltiplas partes interessadas, que se justifica na concorrência de recursos escassos que estão constantemente diluídos.

Yoffe e Brunetti (2004, p.9) discorrem então sobre os principais fatores motivadores para essa contribuição. Segundo eles, esses seriam: identificação com o projeto e credibilidade da instituição. O primeiro, que diz respeito à subjetividade dos financiadores, ressalta o desafio no processo estratégico de comunicação dos valores da organização; o segundo, entretanto, aponta para um aspecto de gestão que distingue, objetivamente, as organizações que recebem contribuições e as que não recebem: a credibilidade, que guarda relação íntima com a *accountability*, alcançada por meio da prestação de contas.

2.1.2. Instrumentalização da Informação de Natureza Contábil

Um dos fatores que impacta diretamente na qualidade da prestação de contas é a instrumentalização da informação por meio de sistemas de controle e ferramentas de mensuração e comunicação de resultado.

Nesse sentido, o CFC (2014), por meio da ITG 2000, aponta como base para as informações que contemplam as demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades sem fins lucrativos a escrituração dos fatos administrativos, em conformidade com as normas contábeis.

Sobre a legislação vigente, Castro, Soares e Mesquita (2022, p. 116) afirmam que “A Igreja deve manter um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, através de processo manual, mecanizado ou eletrônico”. O método de escrituração manual envolve a utilização de livros com pautas, que favorecem o registro dos fatos contábeis. Por sua vez, o método de escrituração realizada por sistema mecanizado permite que os lançamentos sejam digitados em forma de listagens. E o sistema de escrituração eletrônico é codificado numérica ou alfanumericamente, o que favorece a elaboração de planilhas.

De acordo com Padoveze (2012), a escrituração dos lançamentos representa o cerne da informação contábil, e um bom sistema de informação contábil deve ater-se ao registro, por meio do lançamento. Para o autor, a informação contida no lançamento contábil é muito valiosa, e cada lançamento deve ser feito e lapidado considerando seu valor para a contabilidade, pois seu uso futuro será seguramente real, importante e ampliado.

O CFC, por meio da ITG 2000, determina que a manutenção da escrituração contábil regular é obrigatória para todas as entidades, independente da natureza e do porte, e somente ela, constituída de forma sintética no resumo das operações da empresa em determinado momento, dá o necessário respaldo às Demonstrações Contábeis (COSTA, 2004).

2.1.3. Accountability

Accountability é o termo sem tradução direta para o português que descreve uma filosofia de prestação de contas responsável. O IBGC traduz *accountability* como o processo em que “os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício dos seus mandatos”.

No terceiro setor, a prestação de contas é o ato no qual a organização demonstra que cumpriu sua missão e aplicou corretamente os recursos destinados, além de comprovar que realizou os encargos dos quais é responsável, justificando o uso dos recursos por meio da confrontação entre despesas e receitas, de acordo com as exigências morais, legais e contábeis (OLIVEIRA, 2009, p.51).

Falconer (1999, p.19) ressalta a adoção desse princípio quando afirma que a relação existente entre agentes financiadores e entidades receptoras não se sustenta apenas na premissa de captação dos recursos, mas também ao emprego eficiente dos mesmos, maximizando seus resultados e assegurando a continuidade do apoio público.

Por esse motivo, ainda que não houvesse uma obrigatoriedade pelo processo de prestação de contas, há de se imaginar que, ideologicamente, ele seja útil, pois pressupõe atender à necessidade dos financiadores por informações, o que fortaleceria a imagem dessas entidades junto a eles, considerando que tanto doadores, como voluntários, comunidade e sociedade, em geral, são impactados pelos seus serviços.

Olak e Nascimento (2006) defendem, então, a prestação de contas como um importante instrumento de governança, que possui grande relação com a transparência, sem, porém, se limitar a ela. Em suma, segundo Silva (2013, p. 7), a transparência cria uma relação de confiança entre os administradores e os administrados, pois estes passam a acompanhar efetivamente os atos da administração, que conseqüentemente, contribuem para a redução da corrupção. Tal conceito traz luz sobre a relação existente entre a manutenção dos sistemas de controle e a existência de um ambiente transparente capaz de fortalecer os vínculos existentes entre as fontes financiadoras e os gestores de organizações sem fins lucrativos.

2.1.4. Transparência

No ambiente de gestão, a transparência diz respeito ao princípio no qual se confere autonomia, das partes interessadas, para o acesso a toda e qualquer informação que seja do seu interesse, impactando a percepção sobre a realidade da organização, e por consequência, a tomada de decisão.

A adoção da transparência no terceiro setor tem processo semelhante ao das companhias abertas, onde os acionistas representam os interesses de muitos *stakeholders*, elegendo, desta forma, os membros do conselho de administração, que escolhem os gestores

que ficarão responsáveis pela atividade da empresa, criando, dessa forma, uma cadeia de *accountability* (DANTAS, 2007).

Porém, diferentemente do ambiente empresarial, a manutenção do terceiro setor passa pelo financiamento de recursos, levando a gestão a assumir um papel de agência, muito mais do que de propriedade, desencadeando no esforço por preservar uma boa relação com seus financiadores.

Compreender a natureza da relação de parceria existente entre partes interessadas e organizações do terceiro setor ajuda a nortear um modelo de gestão transparente, pois reforça o entendimento dos gestores sobre a necessidade que lhes compete de estimular contribuição voluntária, haja visto que a manutenção dessas organizações se dá, majoritariamente, em função de doações espontâneas.

Nesse sentido, conforme disposto pela NBCTSPEC, há necessidade de um processo de prestação de contas que confirme ou corrija expectativas referentes às entidades financiadas e que fomente, conseqüentemente, a disposição de novos recursos financeiros.

Olak e Nascimento (2006) destacam que a demanda dos doadores é por uma aplicação correta dos recursos dispostos e pela eficácia dessa aplicação. A transparência então age como mecanismo de fomento à doação, na expectativa de que mais recursos sejam dispostos.

Desta forma, os relatórios de administração, integrados por informações como as demonstrações contábeis e notas explicativas, evidenciam um caráter transparente que gera confiança e credibilidade.

2.2. Legislação

A lei 13.019/2014 trata da parceria existente entre administração pública e organizações religiosas, incluídas as igrejas evangélicas. Seu texto afirma que a lei:

“Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração; (...)”

Para fins dessa lei, considera-se:

Art. 2º c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

O texto qualifica as igrejas como parceiras do Estado na consecução de finalidades de interesse público e recíproco, requerendo deles uma postura que justifique a existência de políticas, incentivos e isenções para fomento às organizações da sociedade civil. Essa postura é atendida por ações específicas, dentre as quais está o processo de prestação de contas, a saber, apresentação das contas, de responsabilidade da organização, e análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública.

A base desse processo de prestação de contas passa, necessariamente, pela estrutura patrimonial definida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6404/1976). Essa estrutura sofreu modificações, resultando na substituição de nomenclaturas específicas - como lucro e prejuízo por superávit e déficit, assim como a substituição da conta Capital, do Balanço Patrimonial, por Patrimônio Social - com o fim de torná-las mais adequadas ao setor.

O CFC estabelece, por meio da ITG 2000, os critérios e procedimentos a serem adotados pelas entidades para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, definindo que a escrituração contábil deve ser realizada com observância aos Princípios de Contabilidade, assim como sua obrigatória adoção para todas as entidades. Além disso, é previsto que a escrituração contábil e a emissão de relatórios, peças, análises, demonstrativos e demonstrações contábeis são de atribuição e de responsabilidade exclusivas do profissional da contabilidade legalmente habilitado.

Para tratar de critérios e procedimentos específicos de avaliação, reconhecimento das transações e variações patrimoniais, estruturação das demonstrações contábeis e informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros, foi criada a ITG 2002. Essa instrução prevê, além de critérios para reconhecimento e demonstrações contábeis, que informações sobre contexto da entidade, critérios de apuração da receita, relação de tributos alvo de renúncia fiscal, subvenções e outros eventos financeiros devem complementar as demonstrações contábeis em notas explicativas.

A quantidade de leis e instruções acerca da qualidade da prestação de contas evidencia o interesse da administração pública pela transparência em organizações sociais, como as igrejas, assim como o incentivo ao controle social delas e de suas informações. Entretanto,

mais do que simplesmente fornecer a informação, é interessante avaliar a utilidade que ela tem para o usuário, e de que forma essa utilidade é alcançada.

Nesse contexto, o CFC responde por meio da edição de uma norma responsável por orientar aspectos conceituais, e introduzir as características específicas da informação útil. A Resolução 2016/NBCTSPEC define a estrutura conceitual dos RCPGs e os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil.

2.3. Estrutura Conceitual

A NBCTSPEC é a norma responsável por estabelecer os conceitos que fundamentam a elaboração e apresentação de demonstrações contábeis destinadas ao usuário externo. Diferentemente das Instruções Técnicas Gerais 2000 e 2002, ela não é responsável pela normatização e definição de aspectos técnicos ou procedimentos específicos sobre mensuração e divulgação.

Dentre os elementos compreendidos pela publicação estão: 1) o objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil; e 2) as características qualitativas da informação contábil-financeira útil.

O CFC define como objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil:

(...) estão relacionados ao fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos RCPGs para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Segundo o CFC, a elaboração da informação contábil dentro de suas prescrições tem por objetivo fornecer informações úteis à tomada de decisão econômica, avaliação por parte dos usuários, no geral, e responsabilização dos gestores. Por esse motivo, ela não almeja atender a necessidades específicas de apenas um grupo.

Isso porque, como explicita Cunha (2021, p. 8), as ONGs têm a responsabilidade de direcionar sua prestação de contas a toda sociedade, não apenas órgãos regulamentadores e fiscalizadores, para que todos possam ter a compreensão do assunto, e assim então, a contabilidade se torna um poderoso instrumento de gestão, no processo de contabilização e administração de sociedades sem fins lucrativos.

Além de definir o objetivo do demonstrativo contábil-financeiro, ela também aborda os aspectos de qualidade da informação, que serão tratados a seguir.

2.3.1. Qualidade da Informação Contábil-Financeira

As características qualitativas da informação são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil (CFC, 2016), e se baseia na seguinte premissa:

Você precisa ter o conjunto de informações disponíveis, na hora certa, no lugar certo, para as pessoas certas usarem para tomadas de decisões eficazes, administrar e gerar negócios, atender aos clientes e alcançar os objetivos da empresa (Vieira, 2015, p. 28).

A qualidade da informação, então, se define pela pertinência e utilidade que uma informação possui para a tomada de decisão.

Ademais, as características qualitativas da informação são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade, sendo que, segundo Ramos e Klann (2015, p.3) todas as características qualitativas são voltadas ao fornecimento de informações úteis aos usuários da informação contábil, haja visto que sua utilidade se dá no fornecimento de evidências que sejam úteis no processo de tomada de decisão dos usuários.

Um aspecto relevante a considerar na análise sobre a utilidade da informação contábil, está relacionado a um possível conflito de interesses entre os responsáveis por gerar a informação contábil e os seus usuários (ARAÚJO E CALLADO, 2020, p. 50), isso porque os objetivos individuais dos gestores podem, em algum momento, não coincidir com os objetivos dos doadores, usuários da informação contábil, refletindo-se como interferência na utilidade dessa informação.

Desse modo, uma informação de qualidade deve permitir ao usuário avaliar o impacto de eventos passados e presentes, confirmando ou corrigindo as suas avaliações para o futuro, sem que ele seja prejudicado por eventuais distorções, conflitos de interesse ou erros na reprodução e manifestação das informações contábeis.

Sobre tais características, a literatura as divide em dois grupos, características fundamentais e características de melhoria, conforme tratados a seguir.

2.3.2. Características Fundamentais

O primeiro grupo, apontado pelo CFC como “o mais crítico”, é o das características qualitativas fundamentais, das quais fazem parte a *relevância* e *representação fidedigna*.

A relevância pressupõe a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil (CFC, 2016). Mesmo que o usuário decida não utilizá-la para sua avaliação, ou mesmo que já tenha obtido essa informação por outras fontes, ela precisa ser capaz de fazer diferença conforme previsto.

A resolução estabelece, ainda, critérios para que a informação seja capaz de impactar a decisão: quando tem valor confirmatório, preditivo ou ambos.

O valor preditivo pressupõe que a informação possa ser utilizada para prever resultados futuros. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários quando eles fazem suas próprias previsões. Já o valor confirmatório diz respeito à informação servir de feedback, confirmando ou alterando avaliações prévias.

Já a característica de representação fidedigna prevê que a informação deve, não apenas ser relevante, como deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar.

Sobre os atributos que qualificam a representação fidedigna, o CFC dispõe que, para ser *completa*, a informação deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fato gerador da informação, incluídas as descrições e explicações necessárias. A norma pressupõe ainda a necessidade de explicações de fatos significativos sobre a qualidade e a natureza desses itens, fatos e circunstâncias que podem afetar a qualidade e a natureza deles, e os processos utilizados para determinar os números retratados.

A *neutralidade* trata da natureza da informação que não possui viés e nem distorção na sua seleção ou apresentação. Em suma, a informação neutra é aquela que não manipula a percepção do usuário para tornar um fato favorável ou desfavorável, permitindo assim que ele julgue corretamente e tome suas próprias decisões.

Por fim, a informação *livre de erros* não significa, necessariamente, exatidão. O CFC aponta para a importância da realização de um processo sem omissões e erros no retrato e

produção da informação. Segundo Vieira (2015, p. 28), a informação somente pode ser considerada de alta qualidade se é validada e se aciona estimular um conhecimento anterior do indivíduo.

Para produção e divulgação de informação útil, o CFC defende que ambas as características devem estar presentes. Sendo assim, nem a informação relevante apresentada sem fidedignidade, e nem a informação fidedigna irrelevante são úteis. A defesa da concomitância é justificada na premissa de que, sem a combinação de ambas, o usuário não consegue tomar boas decisões.

2.3.3. Características de Melhoria

As características que procedem as anteriormente citadas são chamadas de características de melhoria, e têm por objetivo melhorar a utilidade da informação relevante e fidedigna, além de auxiliar na escolha de qual dentre as duas alternativas deve ser usada para retratar o fenômeno.

As características que o compõem são: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Segundo a NBCTSPEC, a *comparabilidade* propõe que a informação melhora caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.

Para Sarquis (2021, p. 4) *comparabilidade* existe quando os usuários das informações contábeis são capazes de distinguir similaridades e diferenças na substância econômica dos eventos de uma mesma entidade ao longo do tempo e entre entidades diferentes, sendo essa atingida quando práticas contábeis diferentes são utilizadas para reconhecer eventos econômicos diferentes.

A *verificabilidade* está bastante associada com a representação fidedigna e diz respeito à qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

Desta forma, a *verificabilidade* ajuda a assegurar que a informação representada é fidedigna àquilo que se propõe representar, possibilitando um consenso em relação ao retrato de uma realidade econômica.

A *tempestividade* significa “ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões”, sendo que informações mais antigas costumam ser menos úteis.

Por fim, a *compreensibilidade* é tratada pela norma como a classificação, caracterização e apresentação de informações de modo claro e conciso, a fim de torná-las compreensíveis. Essa característica será tratada mais detalhadamente a seguir.

Sobre a aplicação das características de melhoria, o CFC afirma dever ser ampliada à sua máxima extensão, com a ressalva de não possuírem a capacidade de tornar úteis informações não fidedignas ou irrelevantes, ressaltando a importância de que sejam tratadas de maneira complementar às fundamentais, não as substituindo. Desse modo, o processo de qualificação da informação passa, necessariamente, pelo cumprimento das características fundamentais em um momento anterior à avaliação das características de melhoria

2.3.4. A Compreensibilidade das Informações Contábeis

A compreensibilidade é a qualidade do que é compreensível. No processo de prestação de contas, é a característica que trata da clareza e concisão da informação entregue, a fim de torná-la compreensível.

O primeiro aspecto que impacta a compreensibilidade é a legibilidade. Segundo Fernandes (2019, p. 60), informações legíveis contribuem na elaboração de relatórios mais compreensíveis. A legibilidade é definida pelo dicionário de Língua Portuguesa como a “característica ou particularidade do que é legível”, sendo legível descrito, pela mesma fonte, como aquele “que se consegue ler com facilidade; cuja clareza e/ou nitidez facilita a leitura”.

Ou seja, um dos pressupostos da compreensibilidade diz respeito a um aspecto não referente à informação em si, mas sim à sua escrita e reprodução.

Trazendo para o campo da prestação de contas, implicaria afirmar que a escrita ilegível compromete, conseqüentemente, seu efeito na tomada de decisão.

Desta forma, a primeira forma de avaliar a compreensibilidade de uma informação, é pela própria divulgação da informação. A qualidade textual, então, seria o primeiro aspecto de análise para definir a compreensibilidade, porém não o único.

Segundo a NBCTSPEC:

A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado.

A norma prevê que a compreensão deriva também de aspectos cognitivos específicos do leitor, e não apenas da produção textual de informações, quando pressupõe a simplificação e correspondência ao conhecimento prévio dos usuários.

Embora requerida simplificação, a norma espera que os usuários tenham algum conhecimento sobre as atividades econômicas da entidade, para que consigam compreender relatórios de natureza financeira.

Para Silva (2017, p.26), a comparabilidade é a única dentre as características de melhoria que trata especificamente de limitações e capacidades do usuário, porque depende do nível de conhecimento e compreensão individual.

Porém, ainda que o usuário tenha certo conhecimento prévio, alguns fenômenos são naturalmente complexos, o que poderia dificultar sua compreensão. Mesmo assim, existe um apontamento sobre um risco que se corre nesse processo. Por um lado, um gestor poderia excluir informações sobre um fenômeno a fim de torná-lo compreensível, facilitando assim a recepção da informação, ocasionando, entretanto, um *misleading*, que é a informação incompleta e potencialmente enviesada, ato desencorajado pela norma.

Desta forma, o processo de obtenção da compreensibilidade alia o fator cognitivo pertinente ao usuário à uma boa revisão textual dos relatórios de prestação de contas, maximizando o seu efeito na tomada de decisão.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1. Tipologia da Pesquisa

Para desenvolver e aprofundar a discussão da questão desta pesquisa, que trata da análise das motivações de pastores no processo de Prestação de Contas nas igrejas evangélicas em Brasília - DF, adotou-se a abordagem qualitativa descritiva.

Segundo Alyrio (2009, p.108), “uma pesquisa qualitativa é o estudo de um objeto, buscando interpretá-lo em termos do seu significado. Neste sentido, a análise considera mais a subjetividade do pesquisador. O objetivo é considerar a totalidade, e não dados ou aspectos isolados.” Ou seja, uma pesquisa baseada na abordagem qualitativa é aquela que trabalha predominantemente com informações não expressas em número, mas com a coleta e análise de textos, falados ou escritos, e com a observação direta do comportamento.

No estudo descritivo cabe ao pesquisador fazer o estudo, a análise, o registro e a interpretação de fatos do mundo físico, sem a manipulação ou interferência dele. Ele deve apenas descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre ou como se estrutura dentro de um determinado sistema, método, processo ou realidade operacional. Além disso, a pesquisa descritiva utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados para apresentar as variáveis propostas. Estas podem estar ligadas às características socioeconômicas de um grupo ou outras características que podem ser alteradas durante o processo.

Além disso, para a melhor compreensão do fenômeno pelo pesquisador, os dados foram obtidos mediante questionário para o objeto estudado buscando, dessa forma, observar e analisar a perspectiva dos participantes da pesquisa.

Segundo Marchesan e Ramos (2012), questionários são, geralmente, empregados em pesquisas com abordagem qualitativa e usados para coletar dados primários capazes de identificar os problemas de pesquisa que possam ajudar a formular estruturas conceituais, o que significa uma pesquisa que não se preocupa em buscar evidências que comprovem hipóteses previamente definidas, e sim, que permita formular teorias a partir da análise dos dados coletados.

3.2. Características da amostra

A amostra do presente estudo, foi composta por 17 pastores de igrejas evangélicas em Brasília, com o pré-requisito de possuírem processo de prestação de contas, onde todos participaram anonimamente e:

- 16 pastores participaram respondendo um questionário;
- 1 pastor foi entrevistado pessoalmente.

A escolha dessa amostra foi influenciada pelo aspecto de proximidade na região de Brasília, além de comparabilidade das motivações dos pastores no ato da prestação de contas, o que exclui pastores e igrejas que não possuem o processo como instrumento de comunicação e transparência. Além disso, o número de pastores excluídos não pôde ser mensurado em função do método de disponibilização do questionário, que será descrito adiante.

3.3. Etapas de Pesquisa e Coleta de Dados

3.3.1. Etapa 1 - Entrevista Exploratória

Nesta primeira etapa do desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a técnica de entrevista aberta para atender uma finalidade exploratória. Neste processo, foi possível detalhar as questões e formular com mais precisão as questões relacionadas aos conceitos aqui trabalhados. Observa-se que a percepção por processos de prestação de contas, vai além do que a literatura ajuda a compreender.

Em relação a sua estruturação, o entrevistador esteve acompanhado da orientadora para conversar com um dos pastores evangélicos participantes desta pesquisa para introduzir o tema e conversar mais livremente sobre o tema sugerido.

De acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 74), a entrevista aberta ou exploratória, é uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A entrevista aberta foi utilizada para obtenção de detalhes sobre o processo de prestação de contas e como os pastores conduzem o processo. No transcorrer da entrevista, a interferência foi mínima, uma vez que ali os dados apresentados durante o processo foram importantes para compilação e estruturação das questões para o questionário.

Ainda no dizer de Quivy e Campenhoudt (1992, p.12), a entrevista exploratória é essencial quando não se conhece o tema, pois desperta reflexões, ideias e hipóteses de trabalho, como também apresenta ao pesquisador fonte de informações por meio do discurso.

3.3.2. Etapa 2 - Elaboração do questionário

Questionários são instrumentos desenvolvidos para medir características importantes de indivíduos e para coletar dados que não estão prontamente disponíveis ou que não podem ser obtidos pela observação (MARCHESAN E RAMOS, 2012, p. 452). Um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto.

Dado o objetivo do questionário, sua elaboração se deu através da ferramenta Google Formulários, um software específico para criação de formulários e questionários.

Seu desenvolvimento considerou os seguintes objetivos: identificar os instrumentos de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília; descrever, segundo a visão dos pastores, a importância dos instrumentos de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília; e identificar as motivações dos pastores no processo de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília.

Todas as perguntas propostas visaram a obtenção de respostas que atendessem aos objetivos, conforme organização a seguir:

Quadro 1 - Distribuição de questões da pesquisa

Objetivo	Questões	Descrição das questões
Identificar os instrumentos de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília	Q1, Q3, Q5.	1.A igreja que você lidera tem os seguintes elementos de prestação de contas? 3. Quais são os sistemas de controle utilizados na igreja? 5. Você recebe orientação técnica de profissionais para a condução do processo de prestação de contas na igreja que lidera?

<p>Descrever, segundo a visão dos pastores, a importância dos instrumentos de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília</p>	<p>Q2, Q14, Q16.</p>	<p>2. Você considera importante para o processo de prestação de contas na igreja que você lidera ?</p> <p>14. Você já participou de processo de formação para promover o processo de prestação de contas ?</p> <p>16. Qual a importância você atribui para o processo de prestação de contas na igreja que você lidera ? (sendo 1 - nada importante - 5 - muito importante)</p>
<p>Identificar as motivações dos pastores no processo de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília</p>	<p>Q4, Q6, Q7, Q8.</p>	<p>4. Quais são as motivações para prestação de contas na igreja que você lidera?</p> <p>6. Na sua visão, a prestação de contas das finanças é importante para a igreja obter recursos que mantenham as suas atividades?</p> <p>7. Na sua visão, a gestão dos recursos recebidos é pautada pela moralidade e pela ética?</p> <p>8. Na sua visão, os membros da igreja que você lidera sabem a quem devem recorrer caso precisem de informações ou fazerem considerações sobre os recursos financeiros da minha igreja?</p>
<p>Analisar a motivação dos pastores de igrejas evangélicas em Brasília no processo de prestação de contas.</p>	<p>Q9, Q10, Q11, Q12, Q13, Q15.</p>	<p>9. Na sua visão, em relação à gestão dos recursos e seus respectivos resultados, sua igreja é uma entidade transparente?</p> <p>10. Na sua visão, os membros deveriam ter maior responsabilização e participação dos recursos da igreja que você lidera?</p> <p>11. Na sua visão, os membros da igreja que você lidera têm acesso a dados sobre as entradas e saídas de recursos financeiros da igreja?</p> <p>12. Na sua visão, os relatórios de prestação de contas das atividades são compreensíveis ?</p> <p>13. Na sua visão, os membros da igreja que você lidera têm algum tipo de participação nas decisões de aplicação dos recursos (investimentos, reformas, aquisições)?</p>

		15. Há quantos anos você atua como liderança pastoral?
--	--	--

Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

3.3.3. Etapa 3 - Aplicação do questionário

O questionário foi disponibilizado via Google Formulários pela internet entre os dias 17 de maio de 2022 e 01 de julho de 2022. Além disso, ele foi disparado por grupos de pastores no Whatsapp e pela internet para que os pastores interessados em contribuir com a pesquisa.

Seu disparo foi realizado entre grupos de pastores em Brasília com a solicitação de que aqueles que possuíssem processo de prestação de contas e pudessem contribuir, o fizessem. A partir dos grupos, o envolvimento era espontâneo e a distribuição entre os pastores foi orgânica. Dada essa realidade, a quantidade de pastores que teve o acesso ao questionário não pôde ser medida, e o número total de pastores não aderentes, cujas igrejas não possuem prestação de contas, é incerto.

3.3.4. Etapa 4 - Análise dos dados

Para análise dos dados, optou-se por qualificar as perguntas por objetivos da pesquisa, utilizando-se da estatística descritiva, por meio de porcentagem e moda.

Para identificar os instrumentos utilizados no processo de prestação de contas, utilizou-se das perguntas 1, 3 e 5.

Para descrever, segundo a visão dos pastores, a importância dos instrumentos de prestação de contas, utilizou-se das perguntas 2, 14 e 16.

Para identificar as motivações dos pastores no processo de prestação de contas, utilizou-se das perguntas 4, 6, 7 e 8.

Para analisar, comparativamente com os dados obtidos nas fases anteriores, as motivações dos pastores no processo de prestação de contas, utilizou-se das perguntas 9, 10, 11, 12, 13 e 15.

3.4. Modelo de Análise da Pesquisa

Quadro 2: Modelo de análise da pesquisa.

Título da pesquisa		
Accountability No Terceiro Setor: Um Quadro Sobre As Motivações De Pastores No Processo De Prestação De Contas Das Igrejas Evangélicas Em Brasília.		
Problema de Pesquisa		
Quais as motivações que os pastores de igrejas evangélicas em Brasília têm para a promoção do processo de prestação de contas?		
Objetivo Geral		
Analisar a motivação dos pastores de igrejas evangélicas em Brasília no processo de prestação de contas.		
Objetivos Específicos		
Identificar instrumentos de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília;	Descrever, segundo a visão dos pastores, a importância dos instrumentos de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília;	Identificar as motivações dos pastores no processo de prestação de contas das igrejas evangélicas em Brasília.
Sustentação Teórica (principais autores e conceitos)		
cadeia de <i>accountability</i> (Dantas, 2007) (Olak e Nascimento, 2006)	processos de controle (Falconer, 1999)	compreensibilidade da informação (Silva, 2017)
Técnica de Coleta de Dados e Autores		
entrevista exploratória (Boni e Quaresma, 2005)	questionário (Marchesan e Ramos, 2012)	
Técnica de Análise de Dados e Autores		

estatística descritiva (Alyrio, 2009)

Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

3.5. Limitações da coleta dos dados

A principal limitação foi a adesão à pesquisa. Na fase inicial de coleta de dados, o intuito era entrevistar pessoalmente os pastores envolvidos no processo de prestação de contas, porém muitos se mostraram indisponíveis e pouco dispostos a ceder informações numéricas mais complexas sobre o processo de prestação de contas. Essa realidade não parece um caso isolado, considerando a limitação apontada por Medrado (2008, p. 67) em seu estudo com 95 respondentes, onde o contato com os dirigentes de igrejas evangélicas foi mencionado como dificultoso. Esse dado parece indicar uma resistência ao compartilhamento de informações de natureza contábil-financeira dessas entidades.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

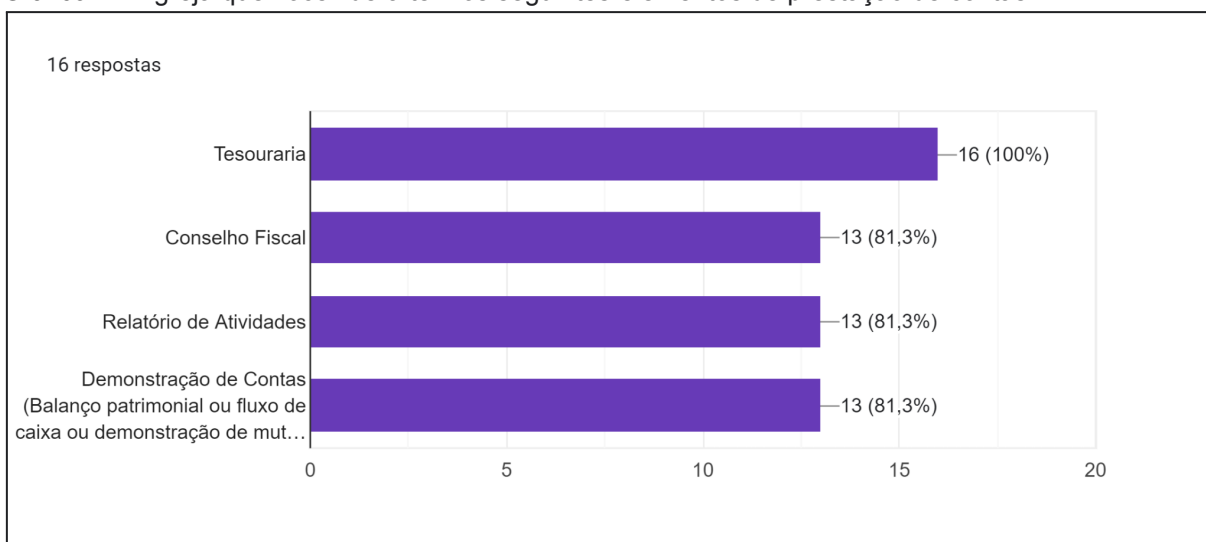
No que diz respeito aos resultados nesta pesquisa, estes se relacionam com os objetivos estabelecidos previamente e serão apresentados neste capítulo.

Para melhor compreensão desta parte do trabalho, os resultados obtidos com a pesquisa através das respostas do formulário e entrevista exploratória para enriquecimento, foram divididos em seções, de acordo com os objetivos propostos, bem como sua discussão vem a seguir para reflexão.

4.1. Instrumentos de Prestação de Contas nas Igrejas Evangélicas do Distrito Federal

As perguntas 1, 3 e 5 se propuseram a identificar os instrumentos de prestação de contas, partindo do pressuposto que a manutenção da escrituração contábil é obrigatória a todas as entidades, e esse processo pode ser realizado de maneira manual, mecanizada ou eletrônica.

Gráfico 1. A igreja que você lidera tem os seguintes elementos de prestação de contas?



Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Seguindo o resultado da variável que observou os elementos da prestação de contas, a pesquisa constatou que, enquanto 100% das igrejas respondentes possuem tesouraria, 81,3% das mesmas escrituram seus lançamentos contábeis, 18,7% não mantém DCs, Relatórios de Atividades ou Conselhos Fiscais, utilizando-se apenas de Tesouraria.

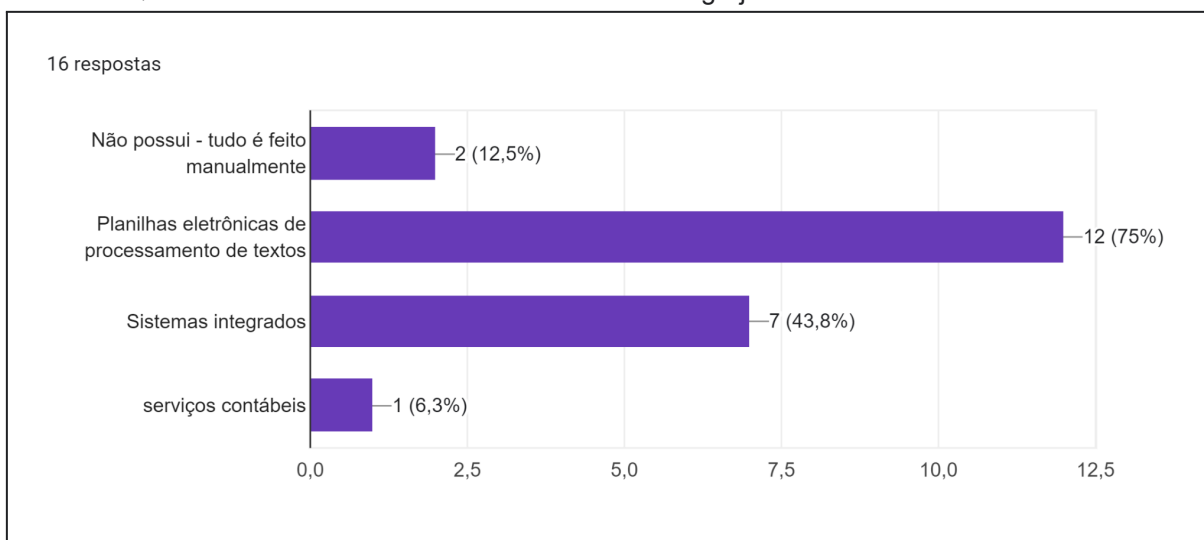
A pesquisa combinou os dados obtidos nas variáveis com as respostas cedidas pelo pastor na fase de entrevista aberta. Na conversa, foi mencionado que a igreja possui escrituração contábil eletrônica realizada internamente, além dos demais elementos - tesouraria, conselho fiscal e relatório de atividades. O pastor mencionou que, apesar de organizada, a prestação de contas não cumpre papel integral na avaliação da destinação de recursos ou na tomada de decisão sobre investimentos na organização, pois o pastor titular é o ordenador de despesas. Nesse caso, o processo de prestação de contas é representativo e não ocorre diretamente à congregação, mas sim aos grupos que os representam.

Para auxiliar o processo de prestação de contas e mitigar eventuais gargalos na comunicação - por ser uma igreja grande e tradicional - a prestação de contas conta com uma estrutura baseada em hierarquia eclesiástica que envolve os seguintes participantes: uma Assembleia eletiva de membros - que existe há cerca de 50 anos -, um Conselho de Ministros, um Conselho Fiscal e um Conselho Diaconal, que representam os membros no processo de prestação de contas.

Além disso, o pastor entrevistado afirmou ter resistência a ferramentas de escrituração, pois, segundo ele, as mesmas são muito complexas e não ajudam na tomada de decisão, pois apenas evidenciam aspectos desnecessários à governança, acabando por ofuscar informações de receita e despesa que, segundo ele, têm real proveito na rotina eclesiástica. Segundo Oliveira (2009), a prestação de contas existe na confrontação entre despesas e receitas, segundo as exigências morais, legais e contábeis, o que implica na compreensão da importância da contabilidade no processo de comunicação de resultados, por parte dessas entidades. Nesse sentido, a resistência às ferramentas de escrituração no processo de prestação de contas compromete a qualidade e abrangência da informação.

O gráfico a seguir trata dos sistemas de controle utilizados nas igrejas.

Gráfico 2. Quais são os sistemas de controle utilizados na igreja?



Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Na análise dos sistemas de controle, observou-se que apenas 6,3% das igrejas utilizam serviços contábeis como ferramenta de controle das informações, 43,8% de sistemas integrados não especificados, 75% de planilhas eletrônicas de processamento de textos e 12,5% não possuem nenhuma forma de sistema de controle. Padoveze (2012) destaca que a escrituração dos lançamentos representa o cerne da informação contábil, sendo que um bom sistema de informação contábil é caracterizado pelo registro, por meio de lançamento, o que significa que a ausência de escrituração determina um sistema de informação contábil incipiente, ou ruim.

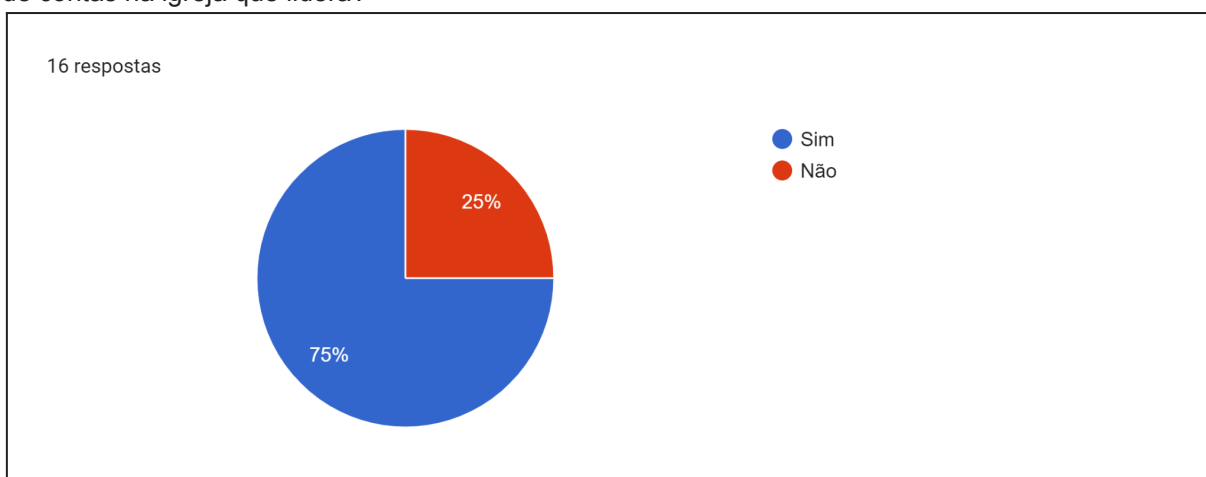
Ademais, quando comparadas as variáveis das perguntas 1 e 3, é visível a discrepância entre a porcentagem de igrejas que utilizam demonstração de contas - 81,3% das igrejas - sem a adesão aos serviços contábeis - apenas 6,3% -, o que levanta a indagação sobre o cumprimento dos parâmetros técnicos normativos da escrituração e documentação dessas informações.

Em comparação com as informações obtidas em entrevista direta, foi constatada uma dificuldade na adoção de serviços contábeis para o auxílio no dia a dia das organizações, pois o pastor expressou confusão no entendimento das informações contábil-financeiras, o que o faz considerar apenas números relativos ao quantitativo total de receitas e despesas auferidos no período calendário. Nas palavras do pastor entrevistado: “A contabilidade gera muita confusão, pois apresenta informação demais, enquanto tudo que eu preciso saber é quanto dinheiro eu tenho entrando e saindo da igreja”.

Essas respostas, aliadas a uma adesão ainda limitada a serviços contábeis, evidenciam um processo de controle orientado por mecanismos internos que são, geralmente, pouco especializados e competentes. Tais dados sobre os elementos de controle evocam a fala de Falconer (1999, p.8), quando diz que embora entidades do Terceiro Setor recebam bastante atenção, essas organizações são, constantemente, despreparadas, principalmente pela natureza excessivamente dependente, amadora e assistencialista de sua gestão, o que compromete a qualidade do processo de controle, registro e comunicação de objetivos e resultados.

Para entender o envolvimento de profissionais no processo de prestação de contas, perguntou-se também se os pastores recebem algum tipo de orientação técnica de profissionais para condução do processo de prestação de contas.

Gráfico 3. Você recebe orientação técnica de profissionais para a condução do processo de prestação de contas na igreja que lidera?



Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

O objetivo dessa pergunta era contrastar com a adesão aos serviços contábeis - objeto de análise da pergunta 3 - como uma forma de entender se os pastores responsáveis pelo processo de prestação de contas recorrem a esses profissionais para a execução e manutenção de processos sustentados pela norma.

Nesse sentido, quando contrastadas as variáveis da pergunta 3 com as da pergunta 5, percebe-se que, embora 75% dos pastores afirmarem receber orientação técnica para a condução do processo, somente 6,3% o fazem por meio de serviços contábeis, o que evidencia uma falta de conhecimento sobre o papel da contabilidade no processo de documentação e comunicação de resultados e objetivos nessas entidades. Quando resgatada a fala do pastor entrevistado sobre o papel da contabilidade no processo de gestão e,

consequentemente, prestação de contas, identifica-se uma potencial similaridade no que diz respeito a uma resistência - presumida pela não adesão - aos serviços contábeis como ferramenta de avaliação da saúde financeira dessas instituições.

Medrado (2008), em pesquisa realizada com amostra de 95 respondentes de igrejas evangélicas, concluiu, sobre a apresentação de relatórios, que apesar de serem relevantes para a percepção da qualidade dos serviços contábeis, ela não influencia na satisfação dos gestores, demonstrando que para eles, como clientes, a satisfação não depende da apresentação de relatórios, o que aponta, implicitamente, para a indiferença na utilidade desse relatório pelas instituições evangélicas pesquisadas.

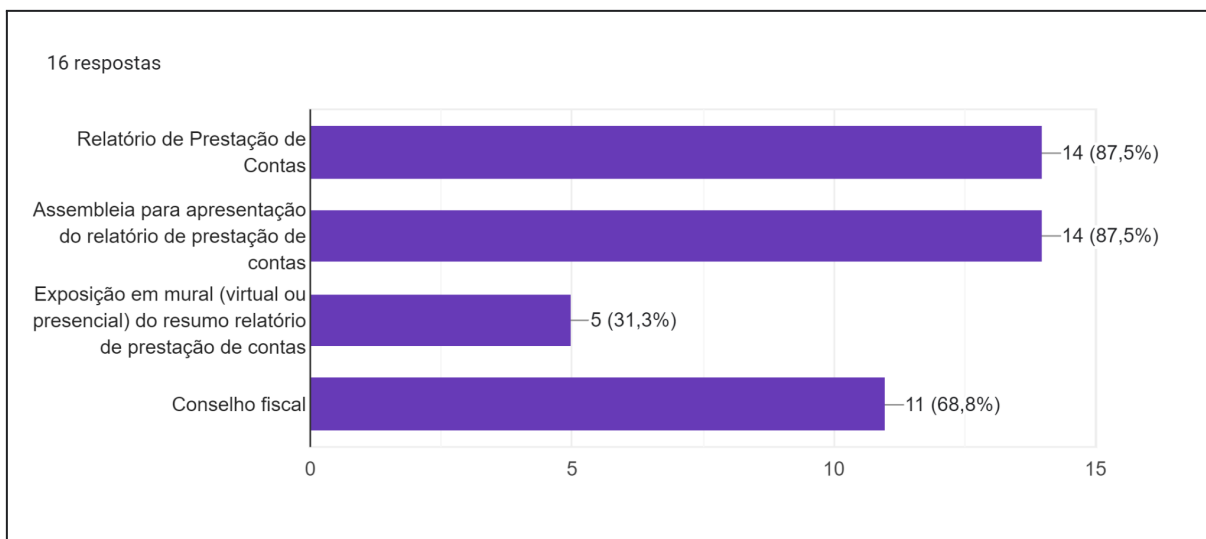
Sobre essa postura, Cunha (2021) prevê que existe uma variedade de decisões a serem tomadas por agentes externos que utilizam as informações sobre a entidade para decisões sobre concessão de recursos, estabelecimento ou isenção de tributos, entre outros, podendo resolver sobre o sucesso de organizações, como as do terceiro setor, que dependem desses recursos. Nesse sentido, a não adesão aos serviços contábeis e, consequentemente, a diminuição na quantidade e qualidade das informações obtidas, compromete a qualidade da tomada de decisão e, eventualmente, o progresso - e em muitos casos, sucesso - dessas organizações.

4.2. Importância dos Instrumentos de Prestação de Contas nas Igrejas Evangélicas do Distrito Federal

As perguntas 2, 14 e 16 se propuseram a verificar a importância atribuída pelos pastores aos instrumentos de Prestação de Contas nas Igrejas. Nessa etapa, buscou-se contrastar as respostas das perguntas 2 e 16 - onde os pastores definem a importância dos elementos - com as respostas obtidas na pergunta 14 - onde se observa o quanto essa importância se reflete na capacitação dos pastores para uma participação qualificada no processo.

Para começar a abordar essa problemática, foram feitas perguntas aos pastores sobre quais mecanismos são importantes no processo de prestação de contas de suas respectivas igrejas.

Gráfico 4. Você considera importante para o processo de prestação de contas na igreja que você lidera?

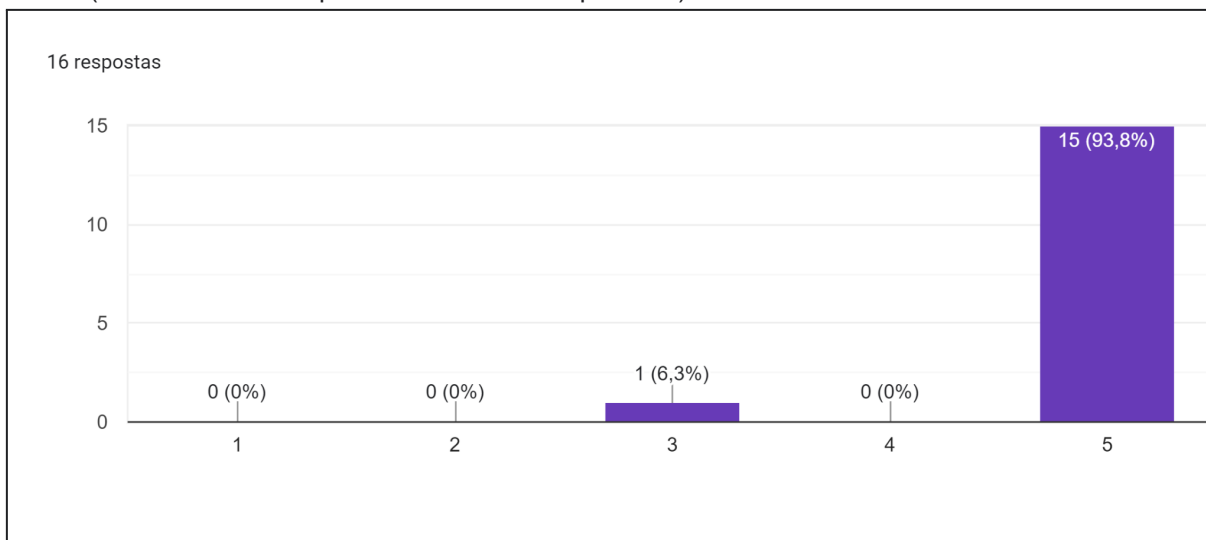


Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Sobre a importância percebida dos instrumentos de prestação de contas, Silva (et al, 2015) afirma que, embora não seja o objetivo da transparência, por meio dela as igrejas conseguem captar recursos, à medida que apresentam a origem e destinação dos mesmos. Nesse sentido, observou-se que 87,5% dos pastores dizem considerar importante o relatório de prestação de contas, assim como assembleias para apresentação de relatório de prestação de contas, enquanto 68,8% deles consideram importantes os Conselhos Fiscais e apenas 31,3% considera importante a exposição das informações em murais. Porém, embora a maioria dos pastores tenha respondido que os relatórios de Prestação de Contas são importantes no processo de prestação de contas, o CPC prevê, não somente a obrigatoriedade da escrituração contábil para quaisquer organizações, como também a enxerga como a base para as demonstrações contábeis, quando em conformidade com as normas contábeis, sendo assim, o cumprimento da norma respalda as demonstrações contábeis e, conseqüentemente, um processo de prestação de contas completo e ordenado.

Adiante foram analisadas respostas que classificam, em grau de importância - em uma escala de 1 a 5 -, o processo de prestação de contas sob a perspectiva dos pastores.

Gráfico 5. Qual importância você atribui para o processo de prestação de contas na igreja que você lidera? (sendo 1 - nada importante - 5 - muito importante)

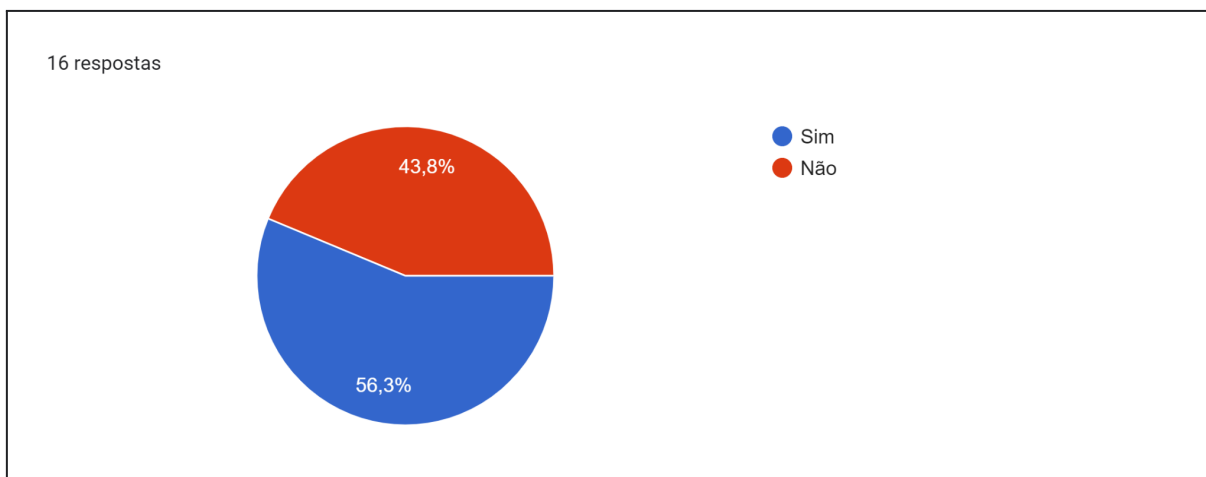


Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Os resultados apontaram uma participação de 93,8% para a resposta “muito importante”, enquanto 6,3% dos pastores avaliou a importância do processo como média. Olak e Nascimento (2006) defendem que a prestação de contas é um importante instrumento de governança, pois possui grande relação com a transparência, como mencionado por Silva (2017, p.20), “accountability tem por objetivo oferecer transparência, e como consequência, criar condições de confiança entre governante e governado”.

Avaliar a importância do processo de prestação de contas, então, não passa somente pela percepção individual dos pastores sobre a importância do processo, como também pela resposta direta dos pastores às suas próprias limitações no processo, que seriam mitigadas por um acompanhamento profissional ou por meio da capacitação pessoal. Desta forma, como muitos dos elementos de prestação de contas são de manutenção interna, a problemática da capacitação objetivou identificar a adesão dos pastores à formação para promoção do processo de prestação de contas.

Gráfico 6. Você já participou de processo de formação para promover o processo de prestação de contas?



Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Apesar de muitas respostas apontarem para uma característica de elevada importância para a prestação de contas, a realidade desses entrevistados revela um nível de envolvimento pequeno com capacitação, sendo que apenas 56,3% já passaram por algum tipo de formação para o processo de prestação de contas.

Quando contrasta-se esse número com os 6,3% de igrejas que possuem serviços contábeis aliados à governança, os 87,5% de igrejas que consideram os relatórios de prestação de contas importantes e os 93,8% que afirmam considerar a prestação de contas muito importante para suas igrejas, percebe-se uma relação desproporcional entre elementos que deveriam caminhar juntos no processo de controle, comunicação e, eventualmente, transparência da informação.

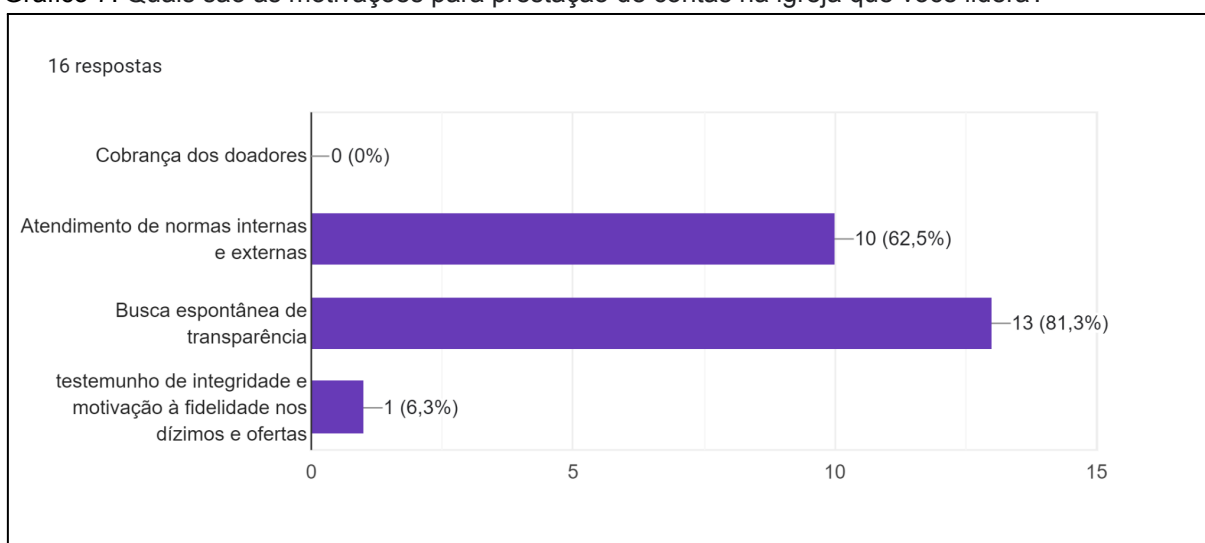
Segundo Regina e Vieira (2019), a igreja deve prestar contas e ser transparente, “não como uma expressão de submissão, mas como um ato de colaboração para que o Estado e a sociedade estejam seguros de sua postura perante Deus e perante os homens”, o que leva a pesquisa à seguinte problemática: O que motiva os pastores a adesão ao processo de prestação de contas?

4.3. Identificação das motivações dos pastores no processo de prestação de contas das igrejas evangélicas do Distrito Federal

As perguntas 4, 6, 7 e 8 se propuseram a identificar as motivações percebidas pelos pastores no processo de prestação de contas.

Para orientar esse objetivo, perguntou-se inicialmente quais as motivações para a prestação de contas nas igrejas, ao passo que as respostas foram observadas como segue.

Gráfico 7. Quais são as motivações para prestação de contas na igreja que você lidera?



Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Embora não haja unanimidade, existem dois elementos que se destacam nas variáveis analisadas. O primeiro deles é uma alta demonstração de interesse pela prestação de contas por motivos centrados na gestão e seus valores - atendimento às normas e busca espontânea de transparência. O segundo é a baixa (quase nula) adesão por motivos centrados na cobrança dos doadores, o que indica uma possível relação de confiança estabelecida entre o agente desses recursos e os doadores. Outro fator elencado como motivação, identificado como “outro motivo”, foi o testemunho de integridade e motivação à fidelidade nos dízimos e ofertas, assinalado por um dos pastores, que representaria uma busca espontânea de transparência.

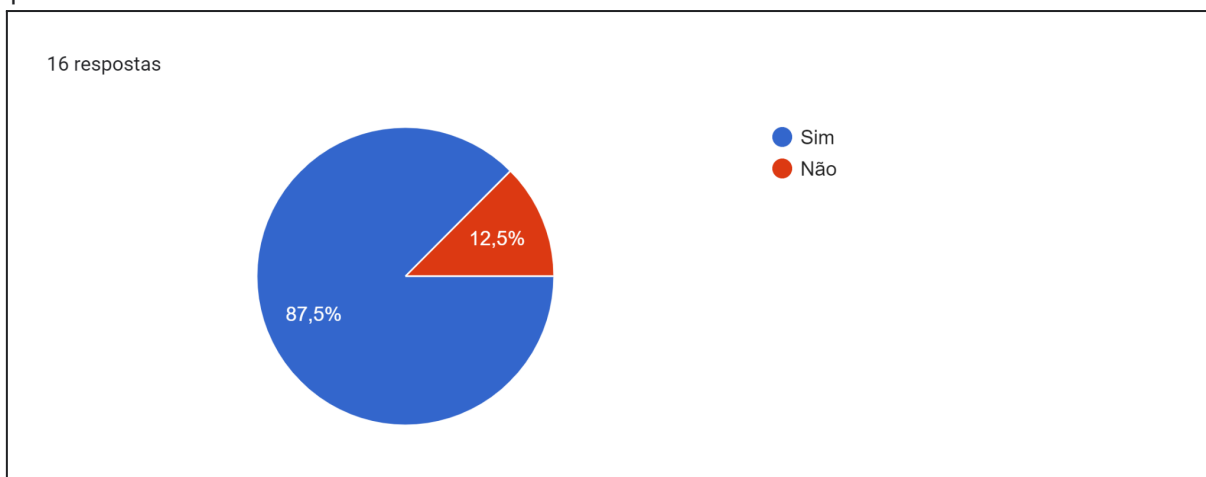
Por um lado, se observa uma aparente preocupação com a prestação de contas, sem que haja, como evidenciado anteriormente, uma preocupação proporcional com a manutenção dos instrumentos responsáveis por atender a norma.

Por outro lado, como destacado por Olak e Nascimento (2006), a demanda dos doadores é por uma aplicação correta dos recursos dispostos e pela eficácia dessa aplicação. A transparência, nesse sentido, age também como mecanismo de fomento à doação, na expectativa de que os recursos continuem a ser dispostos.

Faustino, Oliveira e Silva (2022, p. 757) destacam ainda que prestação de contas e *accountability* são mecanismos essenciais para estas entidades, visto que o gerenciamento eficiente e eficaz dos recursos confiados e a prestação de contas transparente e confiável são elementos fundamentais para a sua continuidade e sobrevivência.

Sobre a percepção do impacto da prestação de contas nas doações, os pastores também se posicionaram.

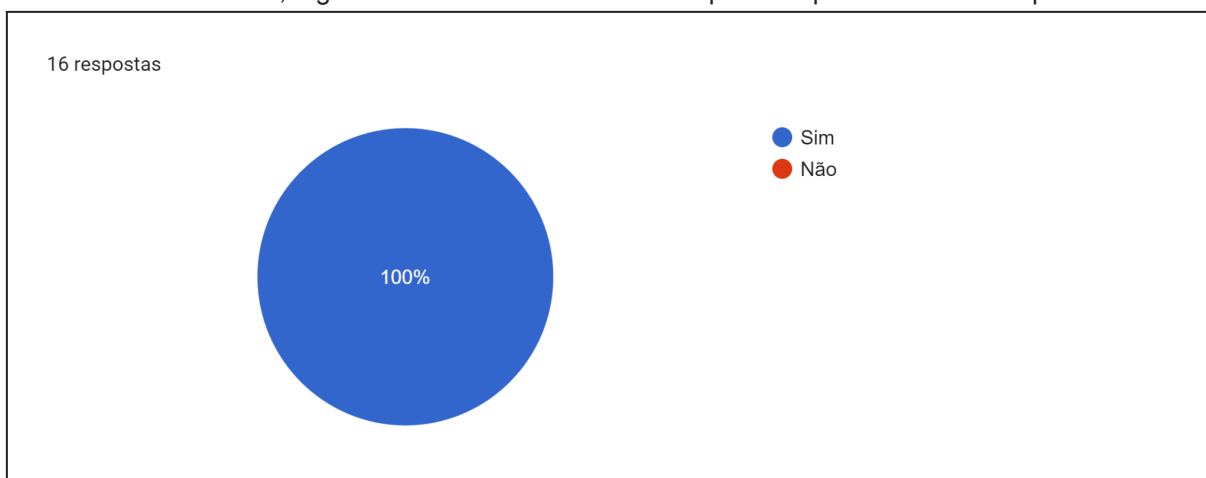
Gráfico 8. Na sua visão, a prestação de contas das finanças é importante para a igreja obter recursos que mantenham as suas atividades?



Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Analisadas as variáveis, nota-se que 87,5% dos pastores afirmam identificar relação entre a prestação de contas e a obtenção de recursos, o que reforça a fala de Olak e Nascimento (2006) sobre a manutenção da relação entre provedores de recursos e administração das entidades, que se sustenta na evidência de que os recursos dispostos, quando bem utilizados, confirmam a manutenção do apoio das fontes financiadoras.

Gráfico 9. Na sua visão, a gestão dos recursos recebidos é pautada pela moralidade e pela ética?



Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Todos os pastores declararam também a percepção de que a gestão desses recursos seria pautada pela moralidade e ética, pressuposto central, não só do processo de prestação de contas, como da existência dessas organizações como parceiras do Estado na consecução de objetivos de bem estar social.

No que diz respeito à ética e moral aliadas à contabilidade, Iudícibus, Oliveira, Niyama e Beuren (2020) discorrem sobre uma possibilidade que considera dois caminhos não excludentes:

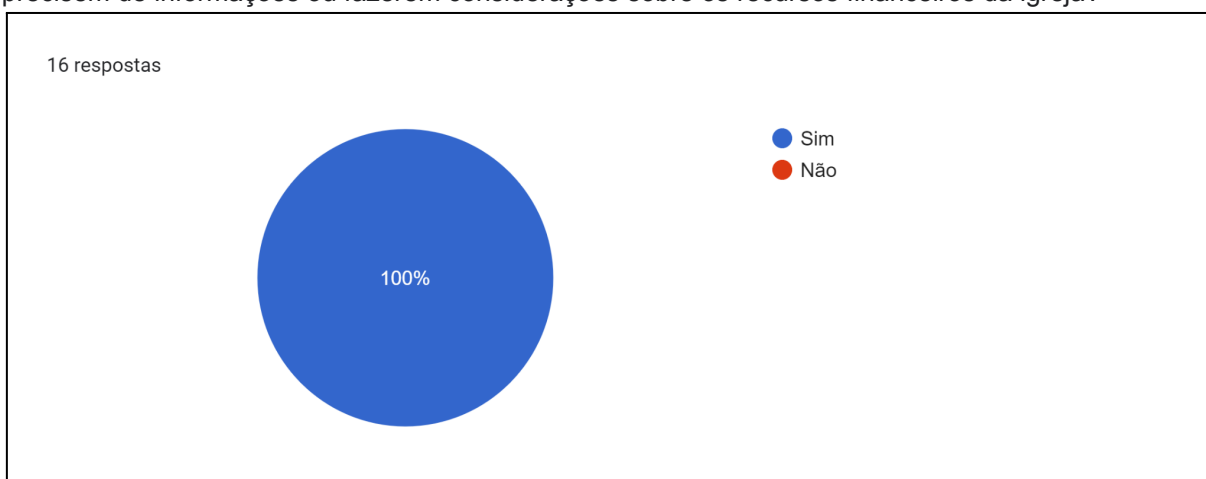
Decorre que um padrão estabelece uma forma de conduta a ser seguida pelos operadores da contabilidade, os princípios subjacentes a essa norma de conduta podem ser considerados consoante duas linhas de raciocínio distintas, porém, complementares e não excludentes. A primeira refere-se à figura dos princípios como regramento, ou seja, o estabelecimento de diretrizes e regras que devem ser adotadas pelo contador no exercício de suas atividades operacionais. A segunda refere-se aos princípios sob uma perspectiva filosófica, voltada aos valores éticos, morais e responsáveis que permeiam o julgamento de valor na conduta do contador (p. 163).

Nesse sentido, a análise da ética e moral no processo de prestação de contas poderia tanto ser observado por uma ótica normativa, onde o cumprimento do padrão de regramento bastaria para uma qualificação positiva de um profissional ou entidade, quanto partir da

identificação de princípios por uma perspectiva menos objetiva, orientada por valores éticos e morais, acabando por reprovar a conduta de um profissional que cumpre todas as regras.

Sobre o nível de informação que os membros têm sobre a quem recorrer em casos onde precisem de informações ou desejem fazer considerações sobre os recursos, observou-se como segue.

Gráfico 10. Na sua visão, os membros da igreja que você lidera sabem a quem devem recorrer caso precisem de informações ou fizerem considerações sobre os recursos financeiros da igreja?



Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Novamente, todos os pastores declararam acreditar ser do conhecimento dos membros os canais ou agentes responsáveis pelas informações a respeito da gestão dos recursos, sem, entretanto, significar que os membros tenham alguma autonomia na interferência prática do investimento desses recursos.

Tais informações, quando contrastadas com informações obtidas na conversa com o pastor entrevistado, que afirma que:

o processo de prestação de contas é orientado para o fortalecimento da relação existente entre a alta gestão e os membros, embora esses últimos não demandem por informações a respeito da alocação de recursos.

Essa fala revisita as discussões de Yoffe e Brunetti (2004) sobre os fatores motivadores da doação, que seriam a credibilidade das instituições e a identificação com o projeto. Em um contexto de baixa adesão à contabilidade, como sistema de controle, a identificação com o projeto parece justificar a manutenção das doações, enquanto a

credibilidade dessas entidades, que deveria ter como parâmetro as informações obtidas por meio das demonstrações contábeis, parece pouco relevante para os membros.

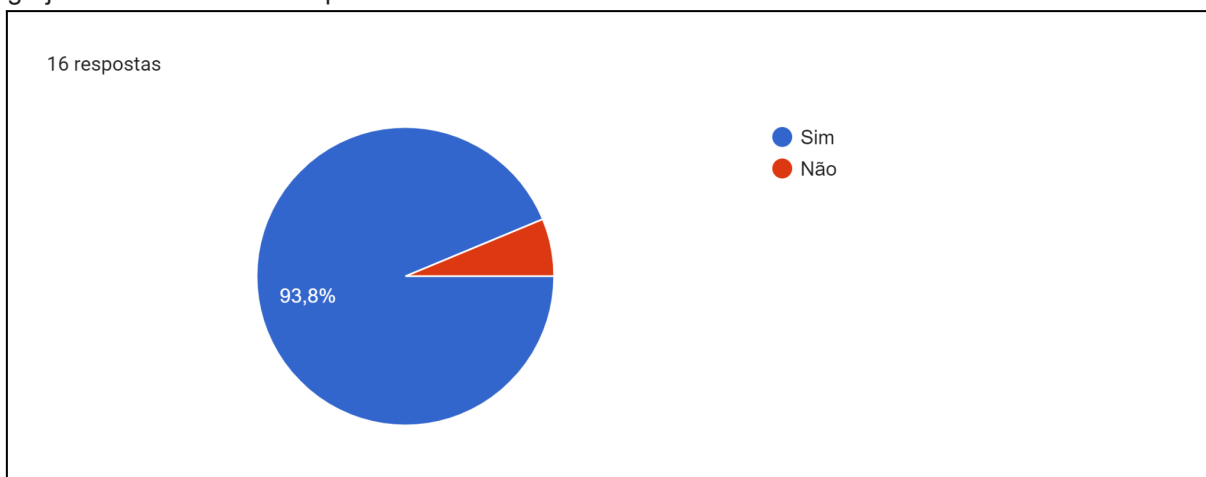
Nesse contexto, fica evidente a percepção dos pastores sobre a relação existente entre prestação de contas e manutenção da relação financiador-financiado, porém, os motivos declarados parecem ter pouca relação com o atendimento a necessidades específicas dos membros, haja visto que o envolvimento dos mesmos na demanda por informação e na interferência de recursos é mínima.

4.4. Análise das motivações dos pastores no processo de prestação de contas das igrejas evangélicas do Distrito Federal

As perguntas 9, 10, 11, 12, 13 e 15 se propuseram a analisar as motivações, antes identificadas, no processo de prestação de contas e comparar com os dados obtidos até então.

A primeira pergunta diz respeito à visão dos pastores sobre a gestão de recursos e resultados, onde eles opinaram sobre a existência de transparência em suas igrejas.

Gráfico 11. Na sua visão, em relação à gestão dos recursos e seus respectivos resultados, sua igreja é uma entidade transparente?



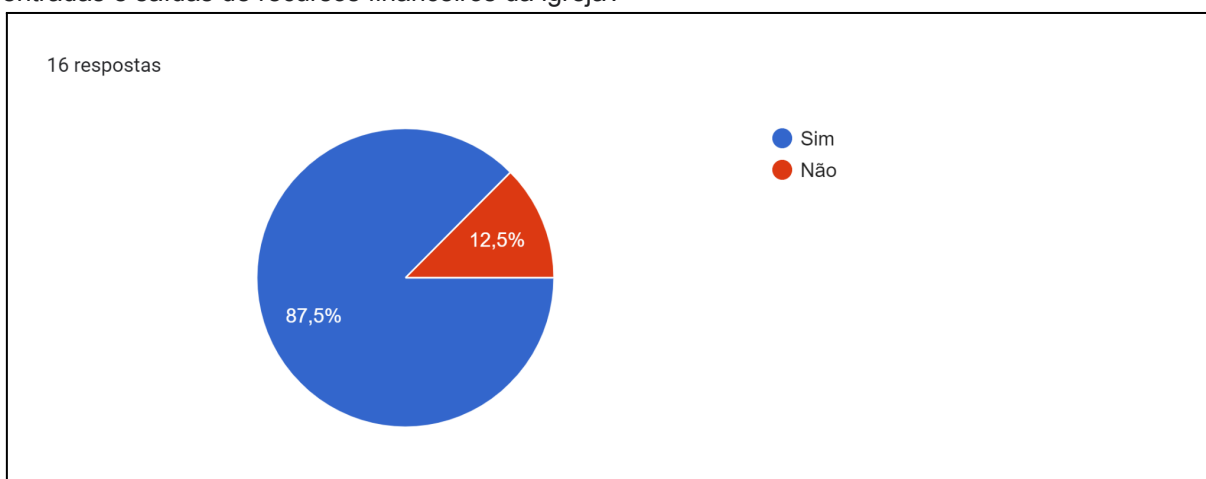
Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Enquanto 93,8% dos pastores consideram suas igrejas transparentes, busca-se comparar tal resposta ao princípio de transparência relatado anteriormente. No ambiente de gestão, a transparência diz respeito à conferência de autonomia, para as partes interessadas, para o

acesso a toda e qualquer informação que seja do seu interesse e que impacte a percepção sobre a realidade da organização e, conseqüentemente, a tomada de decisão.

No que diz respeito ao acesso à informação, indagou-se aos pastores.

Gráfico 12. Na sua visão, os membros da igreja que você lidera têm acesso a dados sobre as entradas e saídas de recursos financeiros da igreja?



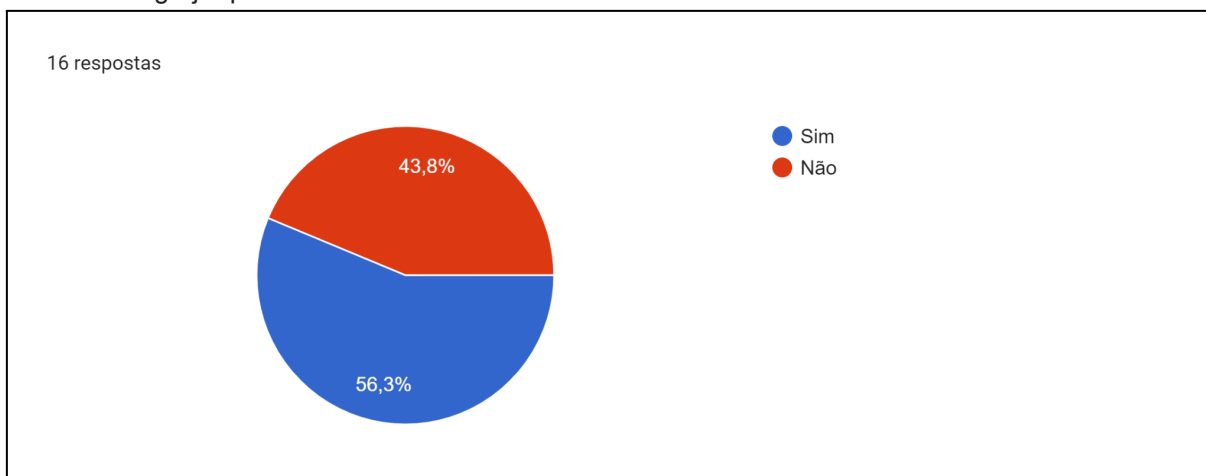
Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Em um cenário transparente, espera-se que os financiadores tenham livre acesso, como descrito anteriormente, às informações sobre a saúde financeira das organizações beneficiadas. Aqui se observa um percentual de 87,5% de igrejas cujos membros têm acesso a dados de entradas e saídas, enquanto 12,5% não preveem essa realidade, o que poderia qualificá-las como igrejas intransparentes.

Em entrevista, o pastor mencionou que as contas são abertas para consulta pública dos contribuintes - dizimistas e ofertantes -, sem que eles interfiram, entretanto, na tomada de decisão sobre alocação de recursos. Essa atitude contrapõe a noção de transparência, onde se confere autonomia, das partes interessadas, com o fim na tomada de decisão, o que resultaria na quebra da cadeia de *accountability*, como mencionada por Dantas (2007, p. 37).

Para entender como esse processo se dá nas demais igrejas, indagou-se sobre a responsabilização e participação dos membros - que também são os principais financiadores das atividades - nos recursos das igrejas.

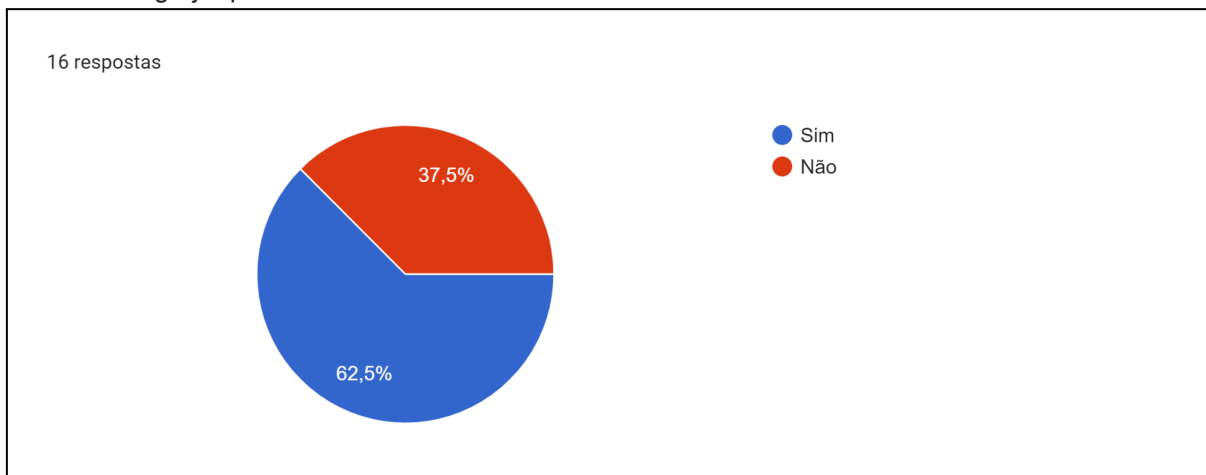
Gráfico 13. Na sua visão, os membros deveriam ter maior responsabilização e participação dos recursos da igreja que você lidera?



Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Enquanto 56,3% dos pastores considera a possibilidade de os membros serem mais envolvidos com os recursos das igrejas, 43,6% dos pastores não acredita haver necessidade para tal. Ademais, também foi perguntado se os membros têm algum tipo de participação nas decisões de aplicação de recursos.

Gráfico 14. Na sua visão, os membros deveriam ter maior responsabilização e participação dos recursos da igreja que você lidera?



Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Enquanto 62,5% afirmam prever participação dos membros na tomada de decisão, 37,5% dos pastores afirma que os membros não possuem nenhum tipo de participação nas decisões sobre alocação de recursos. Essa segunda informação resgata a discussão sobre a

característica de transparência associada à participação dos membros tanto nos dados relativos a conhecimento sobre entradas e saídas de recursos quanto nas decisões sobre alocação dos mesmos.

Essa realidade, quando contrastada com os dados obtidos na entrevista direta, evoca uma fala do entrevistado. Segundo ele:

a participação indiscriminada de membros na informação torna o processo de tomada de decisão pouco eficiente e muito enviesado, tanto pela diversidade de membros, quanto de demandas ou desejos dos membros para a igreja.

Nesse sentido, ele defende a adoção das estruturas de representação dos membros para o processo de tomada de decisão e a “não comunicação” de dados referentes a entradas e saídas dos recursos da igreja para a redução dos “desconfortos”.

A fala do entrevistado, aliada às respostas dos pastores, leva a observar a proposição de Olak e Nascimento (2006) sobre a natureza da relação de parceria entre partes interessadas e organizações do terceiro setor. Segundo os autores, têm-se dois atores: os provedores do recurso - que delegam seus poderes e recursos -, e a administração das entidades - a quem o poder é delegado. A manutenção dessa relação se dá na aplicação eficaz de recursos, por parte da entidade, e o não cumprimento de uma boa gestão implica, geralmente, no encerramento da parceria, ou redução dos poderes e recursos delegados.

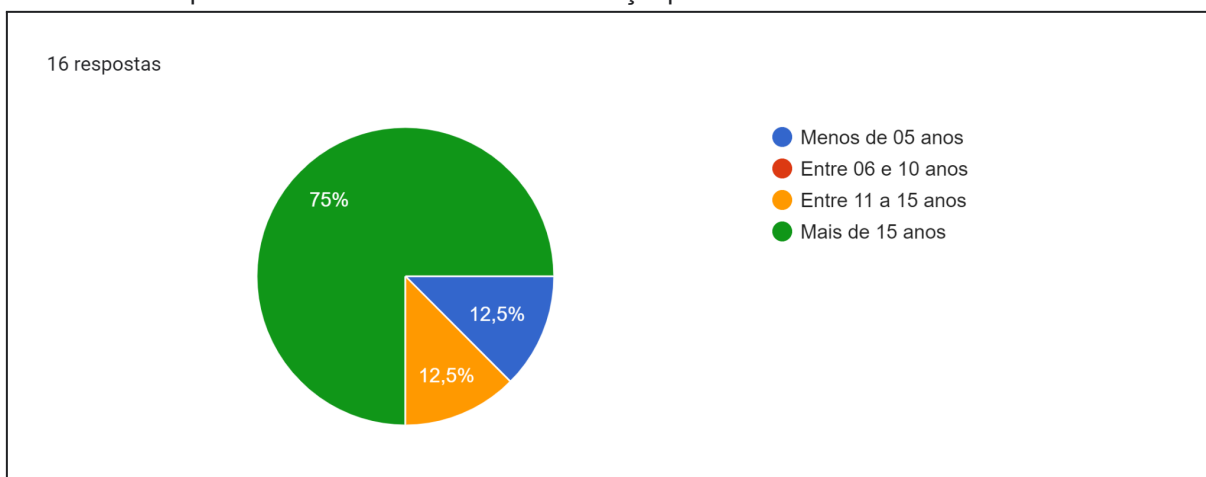
Na situação ilustrada, onde os gestores optam, voluntariamente, por reduzir o nível de informação dos provedores, na expectativa de reduzir possíveis desdobramentos no processo de gestão e comunicação de resultados, a relação de *accountability* é, presumivelmente, de baixa qualidade.

Nos casos onde, tanto a participação nos dados, quanto na tomada de decisão é limitada ou inexistente, o entrevistado argumenta que:

os membros se satisfazem em financiar a igreja com base na confiança depositada na tradição e nas lideranças eclesiais; ou seja, o financiamento deixa de se basear no teste das informações, na saúde da organização e na avaliação das informações contábeis, e passa a ter um caráter subjetivo e pessoal, pouco orientado pela gestão estratégica, pela própria transparência ou pelos resultados.

Para ajudar a entender como a tradição das igrejas/lideranças é construída, perguntou-se a experiência dos pastores por tempo de atuação ministerial.

Gráfico 15. Há quantos anos você atua como liderança pastoral?

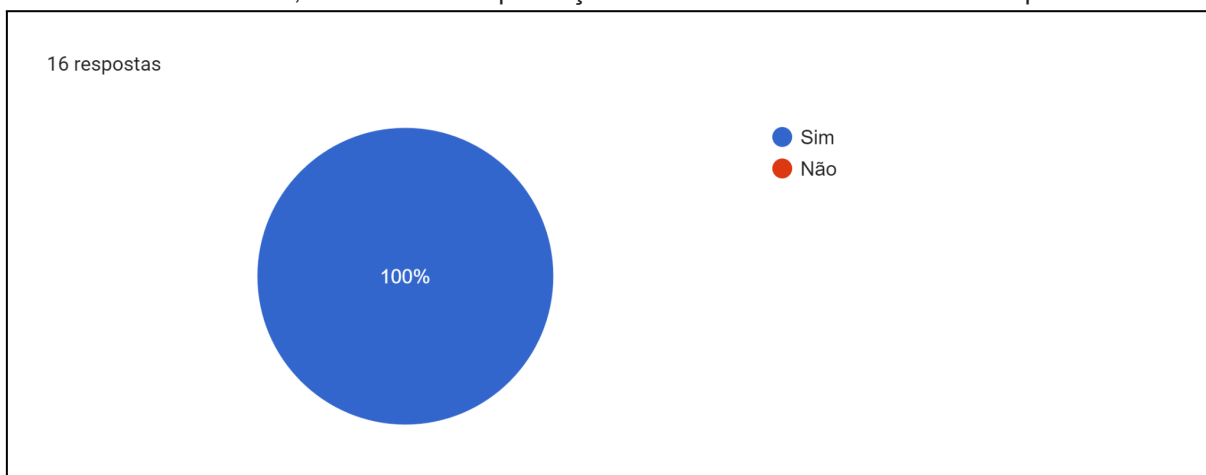


Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Observando o resultado, percebe-se que a maioria dos respondentes - correspondendo a 87,5% da variável - atua na liderança de igrejas há mais de 10 anos.

Ademais, além da participação dos membros, uma gestão transparente também conta com uma prestação de contas pautada pela maximização da qualidade da informação. Essa, que se define pela pertinência e utilidade que possuem à tomada de decisão, permite ao usuário avaliar o impacto de eventos passados e presentes, confirmando ou corrigindo suas avaliações para o futuro. No sentido de colaborar com a tomada de decisão, questionou-se aos pastores se os mesmos consideram os relatórios compreensíveis, ao passo que as seguintes variáveis foram observadas.

Gráfico 16. Na sua visão, os relatórios de prestação de contas das atividades são compreensíveis?



Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados da pesquisa, 2022.

Todos os pastores consideram os relatórios de suas respectivas igrejas compreensíveis, muito embora não seja unânime a utilização da escrituração contábil como forma de estruturação dos seus relatórios.

Sobre a compreensibilidade da informação, como característica de melhoria da informação contábil, Fernandes (2019, p. 60), pontua que informações legíveis contribuem na elaboração de relatórios mais compreensíveis, enquanto a escrita distorcida e confusa impede, conseqüentemente, a compreensão do leitor sobre a mensagem a ser transmitida. A saber, para que haja a consideração sobre características de melhoria como a compreensibilidade, é necessário que haja, antes, uma adesão à escrituração, que serve como parâmetro para a informação contábil. Isso porque, como mencionado por Silva (2017, p. 26) a compreensibilidade se sustenta também no conhecimento prévio do usuário e mesmo que o usuário tenha algum conhecimento prévio, existem fenômenos naturalmente complexos que poderiam dificultar sua compreensão. Isso implica em um risco apontado, que se evidencia no fato de que, por um lado, o gestor poderia excluir informações sobre um fenômeno a fim de torná-lo compreensível, facilitando assim a recepção da informação, e por outro essa postura poderia ocasionar no que a norma chama de *misleading*, que é a informação incompleta e potencialmente enviesada.

Sendo assim, a natureza daquilo que se considera compreensível parte, necessariamente, de uma adesão à norma e uma atenção específica e competente que garanta, não somente a legibilidade das informações textuais, como a integridade das informações contábeis com objeto na realidade contábil-financeira das igrejas.

Uma vez considerados os dados acima, a discussão sobre a importância e capacitação - descritas nas questões 14 e 16 - atribuídas ao processo de prestação de contas ganha novo ânimo, pois reflete melhor a realidade do controle, registro e prestação de contas das igrejas e, principalmente, o interesse dos pastores nesse processo.

Em um contexto de médio interesse e participação dos membros, a manutenção de uma cultura transparente para a melhora na tomada de decisão parece menos um fator determinante para o processo de prestação de contas, enquanto o fomento à doação aparece como um elemento chave para a continuidade dessas estruturas. Regina e Vieira (2019) salienta que a igreja, como uma organização, possui nas pessoas o principal motor para o atendimento de seus objetivos, por meio das doações voluntárias; porém, embora o estímulo

às doações seja previsto por Falconer (1999), esse seria um resultado de uma cultura pautada pelo princípio de *accountability*.

Embora as igrejas possuam, naturalmente, os valores de generosidade, doação e voluntariado, Cervantes (2018) prevê, na prática da *accountability*, uma determinação para um relacionamento vantajoso com os diferentes *stakeholders* de uma Organização, pois denota uso responsável dos recursos captados, apontando para uma relação objetivada pelo cumprimento do seu papel de manutenção da ordem e cooperação com o Estado.

Isso significa que, em detrimento de uma relação de confiança baseada em tradição e na moral religiosa, o caminho ideal para tal seria a adoção do princípio de prestação de contas sustentado pela escrituração e manutenção das informações contábeis, não apenas baseado na premissa de captação dos recursos, mas também ao emprego eficiente dos mesmos, com o fim na maximização dos resultados e aumento no nível de confiança, tanto dos entes internos envolvidos com a igreja quanto com os entes externos, preocupados com a manutenção do papel da igreja como parceiro do Estado na consecução do bem estar social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. CONCLUSÕES

A pesquisa consistiu em analisar as motivações de pastores de igrejas evangélicas no processo de prestação de contas. Para isso, comparou-se o referencial teórico com os resultados da pesquisa e da entrevista e constatou-se a existência de sistemas de controle centralizados, pouco técnicos e amadores.

O primeiro ponto importante na pesquisa foi a observação dos instrumentos de prestação de contas, onde a adoção de instrumentos diversos é caracterizada, principalmente, pela adoção de 81,3% das igrejas às Demonstrações de Contas, que é menor que a variável Tesouraria, que é presente em 100% das organizações. Além disso, 12,5% das igrejas apontam para a inexistência de sistemas de controle digitais, enquanto 43,8% utilizam sistemas integrados para esse fim, 75% faz uso de planilhas eletrônicas de processamento de textos e 6,3% mencionaram a contratação de serviços contábeis para essa finalidade. Em comparação com essa variável, entretanto, observa-se que 25% dos pastores não recebe nenhum tipo de orientação técnica profissional para realização do processo de prestação de contas, evidenciando uma variável relativamente alta para a falta de experiência dos líderes associada a uma ausência de um profissional competente habilitado para acompanhamento do processo.

Nesse sentido, é possível identificar um gargalo no processo de prestação de contas dessas igrejas, fato evidenciado pelo não acompanhamento de profissional técnico habilitado no processo. Do ponto de vista de *accountability*, a ausência de um acompanhamento técnico profissional, compromete atividades como a escrituração contábil nas igrejas, entendido na literatura como fundamento da informação e dos relatórios contábeis (Padoveze, 2012), o que contribuiria para uma possível percepção negativa da gestão e transparência nessas organizações. Não apenas isso, como a não adesão a serviços contábeis, identificada em alguns casos, também atenta contra a obrigatoriedade da manutenção da escrituração contábil regular, definida pelo CFC, por meio da ITG 2000, responsável por dar respaldo às Demonstrações Contábeis (COSTA, 2004), instrumento de responsabilidade exclusiva de profissionais habilitados.

Dentre os mecanismos de comunicação, 87,5% dos pastores considera os Relatórios de Prestação de Contas e Assembleias para apresentação dos mesmos como importantes para o processo de prestação de contas, 68,8% consideram o Conselho Fiscal importante e 31,3% assinalaram a variável Exposição do resumo do relatório de prestação de contas em mural. Essas respostas indicam uma aparente preocupação com a evidenciação da informação, fator que contrapõem-se aos dados sobre o processo de instrumentalização e documentação da informação. Esses dados sugerem que, apesar de prestar contas regularmente, os relatórios gerados não são estritamente baseados em informações contábeis, podendo ser informações de natureza livre, baseadas na experiência dos líderes e dos conselhos, como é o caso do pastor entrevistado, que utiliza apenas dados referentes a receitas e despesas correntes para uma qualificação da saúde da entidade. Um dos motivos plausíveis para a observação da adoção de informações de natureza livre pode ser o fato de que a totalidade dos entrevistados declararam considerar compreensíveis os relatórios de prestação de contas, enquanto a informação contábil é, por origem, mais complexa, aspecto também evidenciado na conversa com o pastor entrevistado. A exemplo citado, os pastores parecem orientar a vida financeira das igrejas com base na comparação entre as receitas e despesas correntes, sem pleno conhecimento ou acompanhamento de estruturas patrimoniais e balanços mais complexos, o que evoca a fala de Medrado (2008) sobre a observância de indiferença no que tange à utilidade de relatórios pelas instituições evangélicas pesquisadas.

Quando analisadas as questões que descrevem a importância dos instrumentos no processo, percebe-se que uma parcela limitada dos respondentes participou de algum processo de formação para promover o processo, o que sinaliza uma resposta parcialmente limitada dos pastores às próprias incapacidades dentro do processo. Sobre os motivos que inspiram a prestação de contas, 81,3% dos pastores afirmou a busca pela promoção espontânea por transparência, 62,5% para atendimento de normas internas e nenhum dos pastores indicou a cobrança dos membros como fator motivador da prestação de contas, enquanto 6,3% responderam que seria por um testemunho de integridade e motivação para a contribuição.

Esses números importam muito em um contexto onde os pastores são responsáveis pela tomada de decisão de forma exclusiva ou com baixa participação dos membros doadores. Essa realidade é observada quando questionada a participação dos membros nas decisões de alocação e investimento dos recursos, onde 37,5% dos pastores responderam que os membros não possuem nenhuma participação e 43,8% dos pastores afirmaram também que acreditam

que os membros não deveriam ter mais responsabilização e participação nos recursos dessas entidades.

Em um contexto onde a transparência e *accountability* são garantidas pela documentação de fatos contábeis e subsequente comunicação de informações relevantes para a tomada de decisão, a baixa adesão às variáveis que dizem respeito à participação e responsabilização dos membros, também doadores, assim como a falta de autonomia na tomada de decisão aponta haver maior ênfase no processo de prestação de contas como um instrumento de fomento às doações e subsídio às atividades das igrejas evangélicas, ao invés de uma evidência de uma postura transparente em conformidade com a proposição de melhora nas condições da tomada de decisão dos usuários.

Esses aspectos podem ser sumarizados como um fruto da falta de instrução técnica dos pastores, resultando em práticas amadoras, assim como da adesão parcial a serviços contábeis como sistema de controle, onde a documentação autônoma parece substituí-los.

Os instrumentos utilizados apontam para a existência do processo de prestação de contas, mas os instrumentos de controle, a baixa autonomia das partes interessadas, limitada adesão aos serviços contábeis e falta de formação dos líderes para o processo de prestação de contas revelam transparência parcial nessas entidades.

Parte desse processo pode ser entendido como uma resposta direta a baixa adesão e interesse dos membros na cobrança por informações substanciais que dizem respeito a saúde financeira das igrejas, o que fica evidente nas falas e respostas dos pastores, quando descrevem baixa participação, responsabilização e cobrança, por parte dos agentes financiadores, que doam com base em um princípio de confiança por identificação, muito mais que por uma avaliação da qualidade da governança e agência desses recursos.

Em suma, os pastores demonstram genuíno interesse em evidenciar informações que possam estimular as doações, porém, sem um foco excessivo em manifestar boa agência ou saúde das entidades geridas. A limitada adesão a sistemas de controle orientados pela norma contábil, por meio da escrituração, ou mesmo o excesso de sistemas de controle autônomos, leva a uma insegurança das informações presentes nos relatórios de prestação de contas, comprometendo assim o propósito do mesmo, na transparência e favorecimento à tomada de decisão, levando a um processo pouco confiável, demasiadamente amador e de caráter subjetivo, com pouca utilidade para a tomada de decisão e avaliação da atribuição de recursos doados.

5.2. LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

As principais limitações do trabalho são:

- O pequeno número de igrejas pesquisadas e a especificidade da amostra, por se tratar apenas da denominação de igrejas evangélicas;
- A limitação de conhecimento técnico dos pastores respondentes do questionário;
- O constrangimento e resistência à participação na tentativa de entrevistas, com o intuito de coletar informações mais complexas sobre o processo nas igrejas;

Sugestões para futuras pesquisas:

- Utilizar uma amostra maior e mais variada, contemplando outras denominações;
- Envolver os membros na avaliação do processo de prestação de contas, com o objetivo de identificar eventuais gargalos que comprometam o processo de aquisição da informação;

Sugestão às igrejas pesquisadas:

- A contratação de serviços contábeis e integração dos mesmos como um mecanismo de controle;
- Reavaliar o papel dos membros na tomada de decisão, não somente como fator determinante para a doação, mas para satisfação e envolvimento dos mesmos na promoção do ethos dessas entidades.

REFERÊNCIAS

- ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.
- ANTHONY, Robert Newton; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de Controle Gerencial**. 12 ed. AMGH, 2008.
- ARAÚJO, Ricardo Henrique Miranda de; CALLADO, Antônio André Cunha. **Características qualitativas da informação contábil: a percepção de profissionais de controle interno do Setor Público**. 2020. Disponível em: <<http://journals.ufrpe.br/index.php/managementcontrolreview/article/view/3696/482483604>> Acesso em: 22 de set. de 2022
- BRASIL, **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 dez. 1995. Seção 1, p. 1.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. *Em tese*, Santa Catarina, v.2 n.1, p.68-80. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: Acesso em: 9 ago 2022.
- CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. **Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade**. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v.6 n.2, p. 90-106., 2011. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrrj/article/view/1206/1142>>. Acesso em: 9 de jan. de 2020.
- CASTRO, Beatriz Nascimento de; SOARES, Julianny Silva; MESQUITA, Elizane Pereira Lima. **A Contabilidade na era da tecnologia**. 2022. JNT - Facit Business and Technology Journal ISSN: 2526-4281 - Quails B1 Fluxo Contínuo Ed. 37 - Vol. 1. Págs. 111-131. Disponível em: <<http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1616/1103>> Acesso em: 22 de set. de 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TG. Brasília: CFC, 2011.
- CUNHA, Alessandra de Moraes. **A utilização da contabilidade pelas entidades do terceiro setor: desafios e conformidade**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás

Curso de Ciências Contábeis, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3508/1/ALESSANDRA%20DE%20MORAIS%20CUNHA.pdf>> Acesso em: 22 de set. de 2022

CUNHA, Mauricio. **Estrutura conceitual da contabilidade**. São Paulo: Senac, 2021.

DANTAS, Robério. **Sistemas de controle no terceiro setor**: Um estudo exploratório das igrejas batistas da Grande João Pessoa - PB. Orientador: Martinho Maurício Gomes de Ornelas. 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, UnB/UFPB/UFPE/UFRN, João Pessoa.. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3346/1/2007_RoberioDantasdeFranca.pdf> Acesso em: 30 de out. de 2019.

DICIONÁRIO, Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/legivel/>> Acesso em: 22 de set. de 2022

FALCONER, Andres Pablo; **A promessa do terceiro setor**: Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Orientadora: Rosa Maria Fischer. 1999. Dissertação (Mestrado) - USP, São Paulo. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4605529/mod_resource/content/1/andres_falconer.pdf> Acesso em: 9 de jan. de 2020.

FAUSTINO, M. S. C.; OLIVEIRA, A. M.; SILVA, J. F. A Contabilidade e a Prestação de Contas em Organizações do Terceiro Setor. RCG - Revista Controladoria e Gestão, v.3, n.2, 2022. Disponível em: **A Contabilidade e a Prestação de Contas em Organizações do Terceiro Setor | Revista Controladoria e Gestão (ufs.br)**. Acesso em: 22 de set. de 2022.

FERNANDES, Wanderson de Araújo. **Compreensibilidade dos relatórios de prestação de contas do conselho municipal de saúde de Anápolis/GO**. Orientador: Rodrigo de Souza Gonçalves. 2019. Brasília, 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília – UnB, Brasília. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/35946>>. Acesso em: 31 ago 2022

G1 Globo; **50% dos brasileiros são católicos, 31% são evangélicos e 10% não tem religião**; 13jan.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>> Acesso em: 10 de fev. de 2020.

HUDSON, Mike. **Managing without profit: Leadership, management and governance of third sector organizations**. 3 ed. Directory of social change, 2009. Disponível em: <<https://www.dsc.org.uk/wp-content/uploads/2015/08/Look-inside-MWP.pdf>> Acesso em: 10 de fev. de 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CNAE 2010**. Atividades de organizações religiosas ou filosóficas. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em:

<<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=classe&tipo=cnae&versao=10&classe=94910>>. Acesso em: 20 de abr de 2020.

ITG 2002. [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002(R1).pdf) Acesso em: 16 de mar. de 2021.

ITG 2000. [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000(R1).pdf) Acesso em: 16 de mar. de 2021.

IUDÍCIBUS, S.; OLIVEIRA, V.R.F.; NIYAMA, J.K. & BEUREN, I.M. Reflexões sobre as bases filosóficas dos princípios contábeis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.17, n.42, p.158-173, jan./marc., 2020. Disponível em: Reflexões sobre as bases filosóficas dos princípios contábeis - Dialnet (unirioja.es). Acesso em: 22 de set. de 2022.

LEI Nº 6.404. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm Acesso em: 22 de set. de 2022.

MARCHESAN, Maria Tereza Nunes; RAMOS, André Gonçalves. **Check list para a elaboração e análise de questionários em pesquisas de crenças**. 2012. Revista Eletrônica de Linguística (<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>) Volume 6, nº 1 – 1º Semestre 2012 - ISSN 1980-5799. Acesso em: 22 de set. de 2022.

MEDRADO, et al. Determinantes da qualidade percebida e da satisfação com os serviços de contabilidade no terceiro setor: um estudo nas igrejas evangélicas em Juazeiro-BA. **Revista Opara, Vol. 6 Issue 1**, p. 57-70, 2018. Disponível em: Login (1library.org) Acesso em: 22 de set. de 2022.

NBCTSPEC - **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual**. 2016. Disponível em: <<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>> Acesso em: 22. set. de 2022.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **As entidades sem fins lucrativos (terceiro setor) e as normas brasileiras de contabilidade aplicada**. In: **Congresso Brasileiro de Contabilidade, nº14, 2000**, Goiânia. Resumos.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. **Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro**. Orientador: Luis Carlos de Miranda. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4961/1/arquivo1610_1.pdf>. Acesso em: 22 de set. de 2022.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**. 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=phJkhgva1_4C&oi=fnd&pg=PA7&dq=padoveze+2009&ots=1-_DnHPMYa&sig=B_3DRr_7SxqZPZY9eqR7nXMCp2E&redir_esc=y#v=onepage&q=padoveze%202009&f=false> Acesso em: 22 de set. de 2022.

Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil. **IPEA**, 2018. Disponível em: <[PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL](#)> Acesso em: 20 de abr. de 2020.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução: Marques, J. M; Mendes, M.A; Carvalho, M. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAMOS, Fernando Maciel. KLANN, Roberto Carlos. **Relação entre Qualidade da Informação Contábil e as Características Organizacionais das Entidades do Terceiro Setor**. XV Congresso Contabilidade e Controladoria, 2015. Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos152015/246.pdf>> Acesso em: 22 de set. de 2022.

REGINA, Jean; VIEIRA, Thiago. **Direito Religioso: Questões práticas e teóricas**. 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=yejNDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT21&dq=Direito+Religioso:+Quest%C3%B5es+Pr%C3%A1ticas+e+Te%C3%B3ricas&ots=6uzNcQHWHs&sig=8oRnMk9hLLcW6J2cApH9XFiyvII&redir_esc=y#v=onepage&q=Direito%20Religioso%3A%20Quest%C3%B5es%20Pr%C3%A1ticas%20e%20Te%C3%B3ricas&f=false> Acesso em: 22 de set. de 2022.

RESENDE, T. Receita de igrejas quase dobra em oito anos e vai a R\$ 24,2 bi. Folha de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/receita-de-igrejas-quase-dobra-em-oito-anos-e-vai-a-r242-bi.shtml>> Acesso em: 20 de maio de 2022.

SARQUIS, Raquel Wille. Editorial - Afinal, o que se busca é comparabilidade ou uniformidade?. **RMC, Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte**, v. 22, n. 2,

maio/agosto 2021 Disponível online em <<https://revista.crcmg.org.br/rmc>> DOI: <<https://doi.org/10.51320/rmc.v22i2.1355>> Acesso em: 22 de set. de 2022

SILVA, Diely de Castro. **Transparência e controle social: um estudo comparativo entre as prefeituras dos municípios da região metropolitana do Cariri do estado do Ceará.** 2013. Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/31609/1/2013_tcc_dcsilva.pdf> Acesso em: 22 de set. de 2022.

SILVA, Michelly Elayne da. **Portal da transparência do Distrito Federal e qualidade da informação contábil da despesa para assistência à saúde.** Orientadora: Andréa de Oliveira Gonçalves. 2017. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, UnB, Brasília. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/21640/1/2017_MichellyElaynedaSilva.pdf> Acesso em 01 de nov. de 2019.

SILVA, Priscila Karla Ferreira da. et al. **Práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor: uma análise junto a templos religiosos de Pernambuco à luz da ITG 2002.Evidenciação Contábil & Finanças, Pernambuco.** Vol. 5, Nº. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/recfin/article/view/32430>. Acesso em 01 de nov. de 2019.

VIEIRA, Priscila Rodrigues. **Avaliação da qualidade da informação em sistemas de informações estratégicas voltados ao judiciário brasileiro.** Orientador: Lia Caetano Bastos. 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136308/336052.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 de mar. de 2021.

YOFFE, Daniel; BRUNETTI, Renata M. **Fundraising in the southern cone.** 2004. Disponível em: <<http://atuacaomundo.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Fundraising-in-the-Southern-Cone-completo-3.pdf>> Acesso em: 22 de set. de 2022.

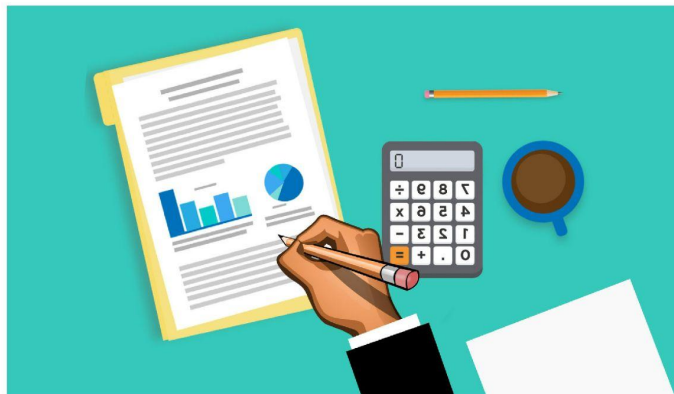
APÊNDICE

Processo de Prestação de Contas Igrejas

Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis na Universidade de Brasília

Objetivo: analisar a motivação de pastores no processo de Prestação de Contas das igrejas evangélicas em Brasília, DF.

*Obrigatório



https://docs.google.com/forms/d/1Li2L3kxj7JdSJm0uzzQyUz_899jDG-0XPcGYyIsQJs/edit

1/8

26/08/22, 01:43

Processo de Prestação de Contas Igrejas

1. 1. A igreja que você lidera tem os seguintes elementos de prestação de contas: *

Marque todas que se aplicam.

- Tesouraria
- Conselho Fiscal
- Relatório de Atividades
- Demonstração de Contas (Balanço patrimonial ou fluxo de caixa ou demonstração de mutação do patrimônio social ou demonstração de superávit ou déficit do exercício)

2. 2. Você considera importante para o processo de prestação de contas na igreja que você lidera? *

marcar mais de uma opção

Marque todas que se aplicam.

- Relatório de Prestação de Contas
- Assembleia para apresentação do relatório de prestação de contas
- Exposição em mural (virtual ou presencial) do resumo relatório de prestação de contas
- Conselho fiscal

https://docs.google.com/forms/d/1Li2L3kxj7JdSJm0uzzQyUz_899jDG-0XPcGYyIsQJs/edit

2/8

3. 3. Quais são os sistemas de controle utilizados na igreja? *

marcar mais de uma opção

Marque todas que se aplicam.

- Não possui - tudo é feito manualmente
- Planilhas eletrônicas de processamento de textos
- Sistemas integrados
- Outro: _____

4. 4. Quais são as motivações para prestação de contas na igreja que você lidera? *

marcar mais de uma opção

Marque todas que se aplicam.

- Cobrança dos doadores
- Atendimento de normas internas e externas
- Busca espontânea de transparência
- Outro: _____

5. 5. Você recebe orientação técnica de profissionais para a condução do processo de prestação de contas na igreja que lidera? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

6. 6. Na sua visão, a prestação de contas das finanças é importante para a igreja obter recursos que mantenham as suas atividades? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. 7. Na sua visão, a gestão dos recursos recebidos é pautada pela moralidade e pela ética? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

8. 8. Na sua visão, os membros da igreja que você lidera sabem a quem devem recorrer caso precisem de informações ou fazerem considerações sobre os recursos financeiros da igreja? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

9. 9. Na sua visão, em relação à gestão dos recursos e seus respectivos resultados, sua igreja é uma entidade transparente? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. 10. Na sua visão, os membros deveriam ter maior responsabilização e participação dos recursos da igreja que você lidera? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. 11. Na sua visão, os membros da igreja que você lidera têm acesso a dados sobre as entradas e saídas de recursos financeiros da igreja? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. 12. Na sua visão, os relatórios de prestação de contas das atividades são compreensíveis? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. 13. Na sua visão, os membros da igreja que você lidera têm algum tipo de participação nas decisões de aplicação dos recursos (investimentos, reformas, aquisições)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

14. 14. Você já participou de processo de formação para promover o processo de prestação de contas ? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

15. 15. Há quantos anos você atua como liderança pastoral ? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 05 anos
 Entre 06 e 10 anos
 Entre 11 a 15 anos
 Mais de 15 anos

16. 16. Qual importância você atribui para o processo de prestação de contas na igreja que você lidera ? (sendo 1 - nada importante - 5 - muito importante) *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>